

Orientação

AGRADECIMENTOS

Este espaço é dedicado àqueles que deram a sua contribuição para que este trabalho final fosse realizado. A todos eles deixo aqui o meu agradecimento sincero.

Primeiramente agradeço aos meus pais Ana Maria Gomes e José Pedro Gomes e à minha irmã, Diana Gomes, pelo apoio e dedicação e por fazerem parte da minha vida.

Um agradecimento muito especial ao meu namorado Diogo Teixeira pelo encorajamento e pela forma como sempre acreditou em mim.

À minha amiga Daniela Ferreira agradeço toda a compreensão, ajuda, companheirismo, e principalmente por estar ao meu lado sempre que preciso.

A todas estas pessoas obrigada pelas aventuras e alegrias que partilhamos.

Deixo aqui também uma palavra de amizade à família do meu namorado pela boa vontade de me albergar durante o mestrado.

Quero agradecer à minha orientadora, Professora Carla Ribeiro a forma como orientou o meu estágio/relatório, pela sua dedicação, paciência, amizade, humildade e principalmente pelas suas excelentes sugestões e sua disponibilidade para partilhar os seus conhecimentos.

Quero deixar aqui os meus sinceros e profundos agradecimentos a Ângelo Alves Ribeiro e Sílvio Gomes da Silva, que gentilmente acederam a colaborar na realização do trabalho de campo, mostrando sempre o maior interesse e disponibilidade para responder a todas as questões.

Gostaria ainda de agradecer aos funcionários do Museu Convento dos Lóios pelo apoio que me deram durante o período de estágio.

DEDICATÓRIA

Ao meu bisavô Álvaro Ferreira dos Santos, que recordo com muita saudade, ferreiro e mecânico na Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses.

RESUMO

O presente relatório apresenta uma descrição e análise do estágio realizado no Museu Convento dos Lóios, em Santa Maria da Feira, integrado no 3º semestre do Mestrado em Património, Artes e Turismo Cultural da Escola de Educação do Politécnico do Porto.

Este trabalho centrou-se em recolhas de informação sobre o ofício do ferreiro deste concelho, no âmbito do Património Cultural Imaterial, que se propõem complementar a coleção etnográfica do ofício do ferreiro que se encontra no Museu.

O Património Cultural Imaterial tem de ser conhecido para ser salvaguardado. O seu estudo, conhecimento e a sua divulgação, são formas viáveis de o conservar, possibilitando, assim, a sua promoção para que se salvaguardem costumes, tradições, saberes e expressões. Apresenta-se normalmente com um passado bem longo, mas, por vezes, tem um futuro comprometido devido a um presente de fraca valorização. Neste sentido destaca-se a importância dos museus na preservação dessa identidade ligada à memória, no estabelecimento do vínculo com as gerações passadas, com a identidade local, nacional, ajudando a compreender a história, as comunidades e as suas especificidades culturais.

Palavras-chave: Património Cultural Imaterial, Museologia, Ofício de ferreiro e Santa Maria da Feira.

ABSTRACT

This report presents a description and analysis of the internship held at the Convento dos Lóios Museum in Santa Maria da Feira, integrated in the 3rd semester of the Master's Degree in Heritage, Arts and Cultural Tourism at the Polytechnic School of Porto.

This work focused on the collection of information about the craft of the blacksmith of this county, within the scope of Intangible Cultural Heritage, and they complement the actual blacksmith craft's ethnographic collection from Museu Convento dos Lóios.

The Immaterial Cultural Heritage must be known to be safeguarded. Viable ways to retain it, such as studying, acknowledging and disseminating, allow the promotion of preserving customs, traditions, knowledge and expressions from the past. This heritage was frequently presented with importance in the past, but its future is vulnerable because of a weakened appreciation in the present. It is remarkable how museums place significance on preserving that identity which is tied to memory: by maintaining the link with older generations, local and national identities, which encourages a comprehension of history, its communities and their cultural specificities.

Keywords: *Intangible Cultural Heritage*, Museology, Blacksmithing, and Santa Maria da Feira.

ÍNDICE

Introdução	1
1. O Património Cultural Imaterial	4
1.1. Algumas reflexões acerca do Património Cultural	4
1.2. Património Cultural Imaterial	9
1.2.1. Evolução internacional e nacional	9
1.2.2. Os museus, o material e o imaterial	22
2. O Museu Convento dos Lóios e as coleções	30
2.1. O Museu	30
2.2. As coleções	34
2.3. A coleção do ofício do ferreiro	37
3. O Estágio	46
3.1. Considerações sobre conservação e restauro	46
3.2. Tarefas desempenhadas	47
4. O ofício de ferreiro em Santa Maria da Feira	54
4.1. Santa Maria da Feira	54
4.2. Santa Maria de Fiães	58
4.3. O ofício do ferreiro	60
4.4. Trabalho de campo etnográfico	64
4.4.1. Metodologias adotadas	64
4.4.2. Trabalho de campo	66
Considerações finais	72
Bibliografia e sitografia	74
Apêndices	79

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – População da Villa da Feira em 1801

64

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Diferentes zonas pertencentes à sala de extensão cultural e educativa	33
Figura 2 - Sala polivalente	33
Figura 3 - Sala de Arqueologia	34
Figura 4 - Ofícios do sapateiro e do tanoeiro	35
Figura 5 - Reserva do museu	36
Figura 6 - Vista de parte da coleção localizada na reserva	38
Figura 7 - Fole	39
Figura 8 - Bancada de trabalho	40
Figura 9 - Bigorna com cepo	41
Figura 10 - Tenaz	42
Figura 11 - Marreta	42
Figura 12 - Talhadeira	43
Figura 13 - Turquês	43
Figura 14 - Ferro de soldar	43
Figura 15 - Mó	44
Figura 16 - Banco de picar foicinhas	45
Figura 17 - Avental de cabedal	45
Figura 18 - Observação dos orifícios denominados de galerias em objetos de madeira	49
Figura 19 - Antes e depois de intervenções de limpeza	51
Figura 20 - Intervenções de desinfestação/desinfecção	53
Figura 21 - Vista aérea de Santa Maria da Feira	54
Figura 22 - Limites e freguesias do concelho de Santa Maria da Feira	55
Figura 23 - Postal do início do século XX. Fonte da Costa em Fiães.	58
Figura 24 - Habit de Serrurier, gravura de Nicolas de Larmessin II, 1695	60
Figura 25 - Dois espigueiros, símbolo da ruralidade outrora vivida no concelho junto ao solar dos Conde de Fijô, sede da associação cultural Centro de Cultura e Recreio do Orfeão da Feira	62
Figura 26 - Ângelo Alves Ribeiro na sua antiga oficina	66
Figura 27 - Excerto do registo de casamento, de José Ribeiro, avô de Ângelo Alves Ribeiro, que data de 1903	67
Figura 28 - Espaços da oficina de Ângelo Ribeiro agora abandonada	68
Figura 29 - Sílvio Gomes da Silva na sua moradia	69
Figura 30 - Sachador e semeador a tração animal fabricados na oficina de Sílvio da Silva	70

LISTA DE ABREVIATURAS

- ASPAC - Assembleia Regional da Ásia e Pacífico do ICOM
DGPC – Direção-Geral do Património Cultural
DPI - Departamento Património Imaterial
FECOFEIRA - Federação das Coletividades de Santa Maria da Feira
ICOM – Conselho Internacional dos Museus
ICOM PORTUGAL – Comissão Nacional Portuguesa do ICOM
ICOMOS – Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios
IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e
Arqueológico
IMC – Instituto dos Museus e da Conservação
PCI - Património Cultural Imaterial
POC - Programa Operacional da Cultura
RPM – Rede Portuguesa de Museus
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e
Cultura

INTRODUÇÃO

Com este relatório pretendo apresentar e discutir o trabalho realizado durante o estágio curricular, no âmbito do mestrado Património, Artes e Turismo Cultural da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, no Museu Convento dos Lóios em Santa Maria da Feira.

Escolhi a modalidade de estágio, face a outras opções – dissertação e projeto – pelo facto de ser uma oportunidade de crescimento pessoal, académico e profissional. Este tipo de experiências ajuda a amadurecer, possibilitando a evolução da capacidade de cooperar e trabalhar em equipa com diferentes pessoas para desta forma entender as dinâmicas que fazem parte de um museu. A realização de um estágio também permite ampliar a rede de contatos nas áreas de museologia e conservação e restauro.

Optei pelo Museu Convento dos Lóios como local de estágio porque fui descobrindo este concelho através dos diferentes eventos que a Câmara Municipal vai protagonizando ao longo do ano e fui-me apaixonando pela sua história local. A minha área de formação inicial é uma licenciatura em Conservação e Restauro, tendo realizado o meu estágio profissional no Museu Municipal de Pampilhosa da Serra, um museu de cariz maioritariamente etnográfico. Essa experiência proporcionou-me um gosto especial pela etnografia. Por isso propus-me à realização deste estágio tendo em conta que o Museu Convento dos Lóios, também possui um núcleo etnográfico, e poderia desenvolver os meus conhecimentos e competências práticas nas áreas da etnografia, museologia e património.

O estágio teve a duração de 245 horas, com início em novembro de 2017 e conclusão em janeiro de 2018.

Como foco deste estágio foi escolhido o estudo da coleção etnográfica respeitante ao ofício do ferreiro, que está armazenada na reserva do museu. Optei por aprofundar o seu estudo para valorizar e dar a conhecer o trabalho do ferreiro em Santa Maria da Feira e pelo facto de o doador da maioria da coleção, ainda se encontrar vivo, constituindo, portanto, uma fonte de informação privilegiada.

Durante o recente processo de modernização agrícola, as tecnologias tradicionais foram sendo substituídas por tecnologias industriais, produzidas fora da comunidade rural. Consequentemente as atividades complementares às atividades agrícolas foram desaparecendo e também o ofício do ferreiro, à semelhança de muitos outros, foi perdendo a razão de ser, e levou consigo as histórias, vivências, memórias, rituais e hábitos ligados a esse ofício. E nesse sentido destaca-se a importância deste estudo na preservação de uma identidade, no estabelecimento do vínculo com as gerações passadas, com a identidade local, ajudando a compreender a memória, a história, a comunidade e as suas especificidades culturais.

Espera-se que este estudo permita ao museu registrar e salvaguardar estas memórias, histórias, práticas e vivências relacionadas com o ofício do ferreiro que também elas fazem parte do Património Cultural Imaterial (PCI). De facto é fundamental valorizar todo esse Património Imaterial estudando-o, dando-o a conhecer e preservando-o para que possa ser transmitido às gerações vindouras.

Assim sendo os objetivos específicos deste estágio foram os seguintes:

- Compreender e interpretar os objetos e analisar a sua relação com o passado;
- Contribuir para uma interpretação mais completa do uso dos objetos transmitido na primeira voz, por pessoas da comunidade local, de forma a projetar no presente as realidades do passado;
- Realizar trabalhos de identificação, diagnóstico e de conservação e restauro nas peças que necessitassem de intervenção.

Desta forma, o presente relatório divide-se em quatro capítulos.

No primeiro capítulo é feita a revisão da literatura sobre os museus e o PCI. São apresentadas algumas reflexões acerca do Património Cultural e especificamente acerca do PCI descrevendo a sua evolução internacional e nacional. É feita uma análise da legislação internacional e nacional que tem vindo a ser publicada no sentido de salvaguarda do PCI. Discute-se a relação dos museus com as diversas tipologias de património, em particular o Imaterial, e apresentam-se leituras diversificadas do modo de atuação de um museu do século XXI.

No segundo capítulo é apresentado o contexto: o Museu Convento dos Lóios, as suas diferentes coleções, com ênfase na coleção do ofício do ferreiro que serviu de ponto de partida para o trabalho e as recolhas realizadas. Seguidamente são descritas as intervenções de conservação e restauro efetuadas ao longo do estágio.

O quarto e último capítulo, o mais importante deste trabalho, é referente à contextualização do ofício do ferreiro em Santa Maria da Feira. Primeiramente é apresentada uma breve história do concelho e de Fiães (cidade de onde é natural um dos informantes). Seguidamente, é feita uma descrição deste ofício e o seu enquadramento no concelho de Santa Maria da Feira. Estas duas secções comportam uma abordagem mais teórica, sendo que as duas seguintes se centram numa perspetiva metodológica empírica, recorrendo-se à técnica da entrevista etnográfica, a partir de dois informantes. Os resultados destas entrevistas são descritos e analisados, em busca da compreensão do fenómeno em estudo, numa escala de micro-etnografia.

Na conclusão são apresentadas as reflexões e análises críticas acerca dos pontos evidenciados em todo o trabalho. Ainda são referenciados os desafios que surgiram ao longo do trabalho e apresentadas sugestões de trabalho futuro a desenvolver.

Este relatório termina ainda com a apresentação de um conjunto de apêndices e anexos que facilitam a compreensão do corpo de texto.

1. O PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL

1.1. ALGUMAS REFLEXÕES ACERCA DO PATRIMÓNIO CULTURAL

Património vem do termo latino *patrimonium*, que significa o “conjunto de bens pertencentes ao *pater*” (segundo o Dicionário *Houaiss* da Língua Portuguesa). *Pater* significa pai, por isso *patrimonium* é considerado sinónimo de herança paterna. O conceito de património surge, desta forma, para reportar a uma herança, um legado que era recebido dos nossos antepassados, e que deveria ser transmitido às gerações futuras.

Choay debruça-se sobre o património edificado, a noção de monumento histórico e as práticas de preservação dos monumentos enquanto testemunhos do passado. Já os homens da Antiguidade e Idade Média colecionavam e preservavam os seus monumentos e objetos de arte do passado, por diversas razões. As obras de arte gregas e romanas foram apreciadas por colecionadores de arte. Nos séculos XVI e XVII os antiquários ganham importância e surgem os gabinetes de curiosidades.

Mas foi com a Revolução Francesa que se realizaram as primeiras iniciativas de conservação e proteção do património cultural. Foram criadas as primeiras políticas oficiais de proteção deste património, tornando-o em património da nação. E aí “o conceito de património induz então uma homogeneização do sentido dos valores” (Choay, 2000, p. 87), ou seja, o património torna-se num elemento fundamental na construção da identidade social/cultural e, simultaneamente, é a própria materialização da identidade de um grupo/sociedade/nação.

O conceito e entendimento de património foi evoluindo e debatido em muitas conferências internacionais, realizadas por algumas organizações,

casos da UNESCO¹, do ICOMOS² e do Conselho da Europa³, resultando desses

¹ A UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, é o organismo criado em 1946 para promover a cooperação internacional nos domínios mencionados. Respeitante à cultura, a UNESCO tem como objetivos primordiais preservar e respeitar as especificidades de cada cultura, agindo para que as diferentes culturas se respeitem entre si, e pondo em ação mecanismos que procuram estimular a troca de ideias e de conhecimentos entre povos e nações. (UNESCO (s/d). Setores de programa – cultura [em linha]. UNESCO. Acedido fevereiro 22, 2018, em <https://www.unescoportugal.mne.pt/pt/a-cnu/setores-de-programa/cultura>).

² O ICOMOS, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, é a organização não-governamental global associada à UNESCO. Os membros do ICOMOS contribuem para o aperfeiçoamento e melhoria da preservação do património, das normas, e das técnicas para cada tipo de bem do património cultural: edifícios, cidades históricas, paisagens culturais e sítios arqueológicos. Um dos objetivos passa por encorajar a adoção e implementação de convenções e recomendações internacionais respeitantes à proteção, conservação e valorização de monumentos, conjuntos e sítios. (ICOMOS (2018). Objetivos [em linha]. ICOMOS. Acedido fevereiro 22, 2018, em <http://www.icomos.pt/index.php/o-icomos-pt/o-que-fazemos>).

³ O Conselho da Europa tem como propósitos a defesa dos direitos humanos, do desenvolvimento democrático e da estabilidade político-social na Europa. Integra 47 estados-membros, 28 dos quais são também da União Europeia. O Conselho da Europa preconiza a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa, a liberdade de reunião, a igualdade, e a proteção das minorias. A nível cultural tem por objetivo favorecer a tomada de consciência e a valorização da identidade cultural da Europa e da sua diversidade. (GEPAC (s/d). Conselho da Europa [em linha]. GEPAC. Acedido fevereiro 22, 2018, em <http://www.gepac.gov.pt/cooperacao-cultural-multilateral/conselho-da-europa.aspx>).

encontros Cartas, Declarações, Recomendações e Convenções⁴, que visam a regulamentação, preservação e valorização das mais variadas manifestações patrimoniais. Mediante esse processo evolutivo, outros tipos de bens foram incluídos na noção de património cultural tais como a arquitetura vernacular, os centros históricos e urbanos, as paisagens culturais, o património industrial, entre outros.

Assim sendo foi na Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural (1972) que, pela primeira vez, se utilizou e se definiu o conceito de Património Cultural. Foi o primeiro grande documento legislativo realizado com vista à proteção de um número maior de bens, abrangendo uma maior variedade de tipologias patrimoniais⁵. Conforme o artigo 1º desta Convenção, considera-se como Património Cultural,

Os monumentos (obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência); os conjuntos (Grupos de construções isolados ou reunidos que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência) e os locais de interesse (obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista

⁴ As Declarações constituem compromissos unicamente morais ou políticos, ligando os Estados na base da boa-fé. As Recomendações são textos dirigidos a um ou mais Estados, convidando-os a adotar determinado comportamento ou a agir de determinada forma, sendo desprovido de obrigatoriedade. As Convenções, sinónimo de tratados, designam todos os acordos estabelecidos entre dois ou mais Estados, que supõem uma vontade comum das partes e geram compromissos jurídicos obrigatórios, devendo as suas disposições ser transpostas para a legislação nacional dos Estados que delas se tornam partes singulares (Cabral, 2011).

⁵ A Convenção de 1972 refere não só o património cultural mas também lembra a importância de salvaguardar o património natural. Este documento centra-se na importância das diferentes maneiras através das quais as pessoas interagem com a natureza, e da necessidade fundamental de preservar o equilíbrio entre estes dois patrimónios.

histórico, estético, etnológico ou antropológico) (Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, 1972, artigo 1º).

Mas a Convenção de 1972 centrava-se estritamente no Património Cultural Material (monumentos, conjuntos e locais de interesse), em particular no de carácter “monumental”, e não contemplava uma visão mais abrangente do conceito de património cultural, particularmente o conceito de património cultural imaterial.

Brito (2006, citado por Cabral, 2009) considera que o conceito de património cultural tem na sua base a perceção do tempo. Tempo esse que atribui valor patrimonial a certas manifestações culturais, materiais ou imateriais, que se cruzam com a história e aí encontram fundamentação para a construção do futuro, já que preservar a memória do passado constitui uma necessidade das gerações presentes que se traduz num sentimento de dever para com as gerações futuras. Citando Choay (2000, p. 22) “o monumento tem por finalidade fazer reviver no presente um passado engolido pelo tempo”.

A definição de património cultural que nos é dada pelo Conselho da Europa, a partir do documento saído da Convenção de Faro de 2005, no artigo 2.º, também faz referência ao tempo, quando estabelece o património cultural como sendo:

Um conjunto de recursos herdados do passado que as pessoas identificam, independentemente do regime de propriedade dos bens, como reflexo e expressão dos seus valores, crenças, saberes e tradições em permanente evolução. Inclui todos os aspetos do meio ambiente resultantes da interação entre as pessoas e os lugares, através do tempo (Convenção de Faro, 2005, artigo 2º).

É bem perceptível a relação entre o património e o tempo passado. No entanto Café (2007) interliga os dois conceitos de uma forma diferente e apresenta o património como sendo intemporal. O autor considera não só os bens (materiais e imateriais) herdados, mas também os que são atualmente criados por um determinado grupo ou comunidade e que os reconhece como sendo seus.

Concluindo, pode afirmar-se que integra o património cultural tudo o que pode ser testemunho de valor cultural ou valor civilizacional e que o próprio património contribui para a construção da memória coletiva e identidade de uma sociedade e/ou comunidade.

Com efeito, a memória torna-se um elemento fundamental pois permite a sobrevivência do passado. Segundo Le Goff (1924, p. 411), “a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”.

Ela torna-se um componente chave na construção de identidades, pois a partir dela, podemos reconhecer os acontecimentos passados e ainda conservar, divulgar e preservar as informações (todo o conjunto de objetos, ideias, manifestações, comportamentos, etc, ou seja o património cultural material e imaterial) que consideramos relevantes, tanto na memória individual quanto na coletiva. Deste modo, segundo Halbwachs (1992, citado por Rodrigues, n. d., p. 5), a identidade reflete todo o investimento que um grupo faz, ao longo do tempo, na construção da memória. Pois, a memória coletiva está na base da construção da identidade. Esta reforça o sentimento de pertença identitária e, de certa forma, garante unidade/coesão e continuidade histórica do grupo.

Desta maneira quando falamos em património, referimo-nos à memória, quer esta seja entendida como um fenómeno individual, quer seja compreendida como um fenómeno coletivo e social. Sem memória não seria sequer possível concetualizar o património, essa herança que vem de trás, do que nos procedeu e que justifica aquilo que somos, ou seja, a nossa identidade, enquanto grupo, sociedade ou comunidade (Jorge, 2003).

Conclui-se que o património é um elemento fundamental na construção da identidade, e simultaneamente, quer seja ele material ou imaterial é a materialização visível de uma memória e de uma identidade nacional, de um grupo, comunidade, tribo ou família. Rodrigues (n.d.) afirma que o património representa o conjunto de valores e símbolos, no sentido religioso e ideológico, que um determinado grupo (normalmente a elite, política, científica, económica ou religiosa) decide tornar património coletivo. E quem decide o que é relevante preservar é essa elite e não o povo como um todo, verificando-se uma manipulação ideológica do que pode ser ou não património. Desta forma o património é entendido como uma (re) construção, representando apenas uma parte do conjunto das ações humanas, num determinado período histórico. E por isso Rodrigues (n.d.) considera que a identidade de um grupo ou comunidade é sempre um processo seletivo e fragmentado.

1.2. PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL

1.2.1. Evolução internacional e nacional

Alguns autores defendem que a investigação sobre o património cultural imaterial foi historicamente desenvolvida pelo estudo do folclore. O estudo da cultura tradicional e popular surgiu através de académicos como Josef Mader, Jonh Brand, William John Thoms, Edward Burnett Tylor, Hartmann, Herder , entre outros, nos séculos XVII e XVIII. Em 1846, surgiu na Inglaterra, o termo “folclore”, por William John Thoms, como sinónimo de cultura popular (Cabral, 2011). Esse termo passou a ser utilizado então para se referir às tradições, costumes e superstições das classes populares. Em 1878, foi fundada em Londres a Folklore Society, associação científica que ainda existe, com o objetivo de estudar a cultura tradicional em todas as suas formas (Cabral, 2011). Com o desenvolvimento urbano das sociedades europeias, e o conseqüente avanço tecnológico, cresceu a consciência de que a cultura popular poderia desaparecer e que era necessário preservá-la. A cultura popular foi então utilizada enquanto idioma de afirmação nacional, através de diferentes manifestações associadas a um discurso de forte exaltação da pátria.

Já nos séculos XX e XXI, a reflexão sobre os aspetos imateriais do património desenvolveu-se através de várias iniciativas tomadas, tanto a nível internacional, como nacional. Realizaram-se várias conferências e adotaram-se medidas com vista à salvaguarda e proteção do património cultural, resultando numa maior tomada de consciência sobre a importância da proteção e salvaguarda dos aspetos imateriais deste património. De seguida apresento os principais eventos internacionais que conduziram à elaboração da Convenção para a Salvaguarda do Património Imaterial de 2003.

Em 1961 foi lançada uma iniciativa de recolha de música tradicional, da qual fazem parte vários registos áudio realizados em diferentes países. Esta iniciativa surge de uma colaboração entre o etnomusicólogo Alain Daniélou (1907-1994) e o Conselho Internacional da Música (criado pela UNESCO em 1949). Este trabalho desenvolveu-se entre 1961 e 2003, no qual intervieram

várias empresas discográficas. Estes registos, na sua maioria, foram realizados no seu contexto original, e cada um deles é acompanhado de anotações e fotografias. Esta coleção discográfica é reflexo da enorme variedade de produção de música tradicional e da sua importância nas diferentes sociedades/nações em todo o mundo.

Em 1972 a UNESCO criou um plano dirigido ao estudo das tradições orais africanas, com atividades focando a promoção das línguas africanas, uma série de estudos sobre as culturas da América Latina e a organização do primeiro festival dedicado às Artes do Pacífico em Fidji.

A adoção da Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural em 1972, valorizou os aspetos materiais, como os monumentos, os conjuntos e os locais de interesse, não invocando a proteção dos aspetos imateriais. Assim sendo em 1973 a Bolívia propôs à UNESCO a adição de um protocolo à Convenção Universal sobre Direito de Autor⁶ para a proteção das tradições populares e folclore.

Em 1982 decorreu em Mundialcult, no México, a Conferência Mundial sobre Políticas Culturais, na qual se debateu o respeito pelas culturas, o desenvolvimento cultural e a importância da participação dos governos e comunidades nas políticas culturais. O conceito de cultura passou a estar mais próximo de uma visão antropológica. Pela primeira vez foi empregue o termo “património imaterial” no contexto do património cultural, como podemos observar através do ponto 85 do relatório final da conferência:

⁶ Esta convenção visa assegurar, em todos os países, a proteção dos direitos dos autores sobre obras literárias, científicas e artísticas, através de um sistema de proteção dos direitos dos autores adequado a todas as nações e expresso numa convenção universal. Administrado pela UNESCO, este documento foi aprovado em Genebra em 1952 e revisto em Paris em 1971. (Decreto n.º 140-A/79 Convenção Universal sobre Direito de Autor, revista em Paris a 24 de Julho de 1971, 1979. Acedido fevereiro 22, 2018, em <http://www.gddc.pt/siii/docs/dec140A-1979.pdf>).

Depuis Venise le concept de patrimoine a beaucoup évolué. Il englobe désormais également toutes les valeurs de la culture vécue et l'on accorde une importance grandissante aux activités susceptibles de maintenir vivants les modes de vie et expressions qui véhiculent ces valeurs. L'attention portée à l'heure actuelle à la préservation du patrimoine "immatériel" peut être considérée comme une des évolutions les plus positives de la dernière décennie (Rapport final, Conférence Mondiale sur les Politiques Culturelles, 1982, p. 10).

A Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e do Folclore foi adotada em 1989 e resultou sobretudo da Conferência de Mundialcult. Este foi o primeiro documento jurídico deste género com vista à salvaguarda do património cultural imaterial. A definição dada ao PCI, sob o termo de "cultura tradicional e popular" é a seguinte:

A cultura tradicional e popular é o conjunto de criações que emanam de uma comunidade cultural fundadas sobre a tradição, expressas por um grupo ou por indivíduos, e reconhecidas como respondendo às expectativas da comunidade enquanto expressão da sua identidade cultural e social, das suas normas e valores transmitidos oralmente, por imitação ou por outros meios. As suas formas compreendem, entre outras, a língua, a literatura, a música, a dança, os jogos, a mitologia, os rituais, os costumes, o artesanato, a arquitetura e outras artes (Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, 1989, p. 2-3).

Esta ação, apesar de não ter tido o impacto pretendido, sensibilizou para a importância dos aspetos imateriais do património, do reconhecimento do folclore e da cultura tradicional, e foi importante no desenvolvimento de projetos com vista à identificação, preservação, proteção e divulgação do Património Cultural Imaterial.

Entre 1990 e 1993 realizaram-se várias iniciativas e encontros centrados na problemática da salvaguarda do património oral e imaterial, como a concretização de seminários sobre a implementação da Recomendação de 1989, uma feira de artesanato internacional em Ouagadougou (Burkina Faso), um projeto-piloto com o objetivo de salvaguardar as tradições orais de Maharashtra (Índia), entre outras ações.

Em 1993 a UNESCO lançou o projeto do Livro Vermelho das Línguas em Risco de Desaparecimento e o programa Tesouros Humanos Vivos. Este último é um programa que visa acima de tudo preservar e transmitir os conhecimentos e saberes-fazer necessários para a representação, execução ou recriação de elementos do PCI que apresentam um grande valor histórico,

artístico ou cultural. Os “tesouros humanos vivos” são indivíduos com excepcionais qualidades artísticas e detentoras de um elevado conhecimento de saberes-fazer tradicionais para interpretar ou recriar elementos específicos do PCI. Estas ações pretendem assegurar a salvaguarda do PCI encorajando os Estados-Membros a reconhecerem oficialmente esses indivíduos e a promoverem a transmissão desses conhecimentos e competências às gerações mais jovens. A França, Japão, Nigéria, Filipinas, República da Coreia, República Checa, Senegal e Tailândia aderiram ao programa tendo em conta a realidade e especificidades próprias de cada país. A criação deste programa foi importante para a promoção do debate em torno da salvaguarda do PCI através da realização de conferências e de programas de formações formais e informais.

Em 1996 foi elaborado o relatório sobre “Diversidade Criadora” que salientou a importância do património material e imaterial transmitido de geração em geração e que vive da memória coletiva das comunidades do mundo inteiro reforçando o sentimento de identidades dessas comunidades. Ainda sublinhou o facto de o património imaterial, sendo frágil, não beneficiar das mesmas atenções e ações de salvaguarda e proteção que o património material. Destacou a importância das políticas de preservação do património e a sua relevância no desenvolvimento económico das comunidades e dos países. E ainda chamou a atenção para o reconhecimento dos direitos de propriedade intelectual.

Em 1997 a UNESCO lançou o programa Proclamação das Obras-primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade com vista à proteção da cultura popular. Em 2001, 2003 e 2005, 90 elementos foram proclamados obras-primas do património oral e imaterial da humanidade criando um movimento mundial em torno da salvaguarda e importância do património cultural imaterial, o que iniciou o estudo da possibilidade da elaboração de um instrumento normativo para a proteção deste património.

Este programa teve origem numa reunião internacional que ocorreu no ano de 1997 em Marraquexe sobre a preservação dos espaços culturais populares. Como resultado desta iniciativa foi proposto a criação de uma distinção internacional instituída pela UNESCO para as manifestações do PCI e dos espaços culturais correspondentes. Desta maneira em 1998 foi adotado o regulamento relativo à Proclamação. A proclamação teve como objetivos

sensibilizar para a importância do património oral e imaterial e a necessidade da sua salvaguarda, identificar o património oral e imaterial da humanidade e introduzi-lo numa lista, incentivar os países à criação de inventários nacionais e a tomar medidas jurídicas e administrativas com vista à proteção deste património e, por fim, promover a participação dos artistas tradicionais e dos praticantes locais na identificação e revitalização do seu PCI.

Em 1999 realizou-se uma conferência internacional em Washington organizada pelo Smithsonian Institution, os Estados Unidos da América e a UNESCO com o objetivo de refletir sobre os dez anos decorridos após a Recomendação de 1989. Concluiu-se que era necessário elaborar um instrumento jurídico sobre a salvaguarda do PCI, e que a Recomendação de 1989 era demasiada focalizada na documentação e criação de arquivos, e não suficientemente direcionado para a proteção das práticas, costumes e tradições vivas, ou para as comunidades e grupos a quem pertence o PCI. Ainda foi recomendado a substituição do termo folclore por PCI, pelo sentido depreciativo que representava para algumas comunidades.

Em 2001 surgiu o relatório sobre um estudo para determinar a possibilidade de elaborar um novo instrumento normativo tendo em conta que a Recomendação de 1989 não estava a ser eficaz no que concerne à proteção deste património. O relatório concluiu que a propriedade intelectual não assegurava a proteção das expressões do PCI e que devia elaborar-se um documento específico para este fim. Concluiu também que os documentos já adotados no domínio do património cultural estavam direcionados principalmente para o património material, não invocando especificamente o PCI. O relatório recomendava que o novo instrumento normativo deveria ser elaborado com base na Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948).

Também em 2001 foi adotada a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural que serviu como base para a elaboração da futura Convenção de 2003.

Em 2002 os representantes dos 110 estados membros, e respetivos 72 ministros da cultura participaram numa mesa redonda sobre o PCI e a diversidade cultural em Istambul (Turquia) e adotaram a Declaração de Istambul. Concluíram que era urgente a implementação de ações de identificação, promoção, transmissão e salvaguarda do PCI, na agenda internacional.

Igualmente em 2002 ocorreu a primeira reunião intergovernamental da UNESCO onde foi discutido o texto do anteprojeto da Convenção para a salvaguarda do PCI.

A Convenção sobre a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial foi finalmente adotada em 17 de outubro de 2003 e entrou em vigor em 20 de abril de 2006. A convenção revelou uma tomada de consciência geral de que é absolutamente necessário a proteção internacional que esta garante tendo em conta as diferentes ameaças a que o PCI está sujeito como por exemplo o estilo de vida contemporâneo das comunidades e a globalização.

Neste documento, segundo o artigo 2º, o PCI é definido como sendo:

As práticas, representações, expressões, conhecimentos e competências – bem como os instrumentos, objectos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, grupos e, eventualmente, indivíduos reconhecem como fazendo parte do seu património cultural. Este património cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio envolvente, da sua interacção com a natureza e da sua história, e confere-lhes um sentido de identidade e de continuidade, contribuindo assim para promover o respeito da diversidade cultural e a criatividade humana. Para efeitos da presente Convenção, só será tomado em consideração o património cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos internacionais relativos aos direitos humanos existentes, bem como com a exigência do respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e de um desenvolvimento sustentável (Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, 2003, artigo 2º).

De acordo com a Convenção, o património cultural imaterial manifesta-se em cinco domínios:

- Tradições e expressões orais, incluindo a língua como vetor do património cultural imaterial: compreende uma enorme variedade de formas, incluindo provérbios, adivinhas, histórias, rimas de embalar, lendas, mitos, canções e poemas épicos, encantamentos, rezas, cânticos, canções, interpretações dramáticas e outras manifestações similares. Transmitem o conhecimento, os valores culturais e sociais e a memória coletiva, desempenhando um papel crucial na manutenção das culturas vivas. Embora a língua seja um elemento nuclear do património cultural imaterial de muitas comunidades, a língua por si só não é abrangida pela Convenção. No entanto, deve ser protegida,

pois constitui um vetor de transmissão do património cultural imaterial.

- Artes do espetáculo: este domínio abrange a música vocal ou instrumental, a dança e o teatro, bem como outras expressões artísticas mais específicas como sejam a pantomima e os versos cantados, ou outras representações cénico/musicais. As artes do espetáculo incluem numerosas expressões culturais que refletem a criatividade humana. Podem frequentemente ser encontradas, em muitos outros domínios do património cultural imaterial, como é o caso da música.
- Práticas sociais, rituais e eventos festivos: as práticas sociais, os rituais e os eventos festivos são atividades que estruturam as vidas das comunidades e dos grupos, que são por estes compartilhadas, e que se afiguram relevantes para muitos indivíduos por reafirmarem a identidade dos intervenientes enquanto grupo ou comunidade. Estas práticas sociais, rituais ou festivas, podem ser executadas em público ou em privado e estão estreitamente ligadas a eventos importantes tais como assinalar a passagem das estações, eventos do calendário agrícola ou marcos importantes na vida dos indivíduos. Estão intimamente relacionadas com a visão que a comunidade tem do mundo e a perceção da sua própria história e memória. Estas práticas variam desde pequenas reuniões ou encontros a celebrações e comemorações em larga escala, e ainda que cada um destes subdomínios seja por si só muito vasto, observa-se igualmente uma clara sobreposição entre eles. As práticas sociais, rituais e festivas assumem uma variedade alargada de formas: ritos de adoração, ritos de passagem, nascimento, casamento, rituais fúnebres, juramentos de lealdade, jogos e desportos tradicionais, etc. Incluem também uma grande variedade de expressões e elementos físicos como sejam: gestos e palavras especiais, recitações, canções ou danças, roupas específicas, procissões, ou outros similares.
- Conhecimentos e práticas relacionados com a natureza e o universo: referem-se ao conhecimento, o saber-fazer, as competências, as práticas e as representações desenvolvidas pelas comunidades na sua interação com meio ambiente natural. Estes sistemas cognitivos expressam-se através da língua, das tradições orais, da ligação a um lugar, de memórias, da espiritualidade e da cosmogonia, e exprimem-

se mediante um vasto complexo de valores e crenças, cerimónias, medicina tradicional, práticas ou instituições sociais, e organização social. Tais expressões e práticas são tão diversas e variadas quanto os contextos socioculturais e ecológicos que as originam e, frequentemente, estão na base de outros domínios do património cultural imaterial como descritos na Convenção. Este domínio abrange áreas tão diversas como a sabedoria ecológica tradicional, o conhecimento indígena, a etnobiologia, a etnobotânica, a etnozologia, sistemas de medicina e farmacopeia tradicionais, rituais, hábitos alimentares, crenças, ciências esotéricas, ritos de iniciação, adivinhações, cosmologias, cosmogonias, xamanismo, ritos de possessão, organizações sociais, festivais, línguas, e artes visuais.

- Aptidões ligadas ao artesanato tradicional: Dos cinco domínios considerados no âmbito da Convenção, aquele onde parece ser mais tangível a manifestação do património cultural imaterial é nas aptidões ligadas ao artesanato tradicional. Contudo, não dever-se-á reduzir este domínio aos objetos resultantes do artesanato, mas sim aos processos e competências utilizados na produção dos mesmos. Ao invés de colocar o enfoque na preservação dos objetos produzidos artesanalmente, as tentativas de salvaguarda do património cultural imaterial deverão centrar-se em proporcionar condições para que os artesãos possam continuar a exercer as suas artes e a transmitir os seus conhecimentos, competências e saber-fazer a outros, especialmente aos membros mais novos das suas próprias comunidades. As aptidões ligadas ao artesanato tradicional expressam-se de muitas formas – roupa e joias para proteger ou adornar o corpo; trajes e artefactos necessários aos festivais ou às artes do espetáculo; objetos usados para armazenamento, transporte, e abrigo; artes decorativas e objetos rituais; instrumentos musicais e utensílios domésticos; brinquedos; ferramentas vitais à subsistência ou à sobrevivência. Muitos destes objetos destinam-se a uma utilização efémera, sendo utilizados apenas no evento para o qual foram criados, ao passo que outros são preservados, podendo constituir-se como uma herança que é passada de geração em geração. As competências e o conhecimento necessários à prática do artesanato exprimem-se em objetos tão delicados como

flores de papel ou desenhos na areia, ou em artefactos tão robustos e duradouros como uma cesta em verga ou um cobertor de papa.

A Convenção de 2003 prevê a criação de duas listas representativas do Património Cultural Imaterial internacional, como maneira de salvaguardar, identificando e inventariando este património à escala internacional.

Assim sendo, a Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da UNESCO constituiu-se em 2008, com a integração dos 90 elementos que a UNESCO proclamou obras-primas do património oral e imaterial em 2001, 2003 e 2005. A sua criação é referida conforme o artigo 16º da Convenção de 2003:

Para melhor dar a conhecer o património cultural imaterial, consciencializar as pessoas para a sua importância e promover o diálogo no respeito da diversidade cultural, o Comité, por proposta dos Estados Partes interessados, cria, mantém actualizada e publica uma lista representativa do património cultural imaterial da humanidade (Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, 2003, artigo 16º).

A Lista do Património Cultural Imaterial que requer medidas urgentes de salvaguarda, é referida no artigo 17º:

A fim de tomar as medidas de salvaguarda apropriadas, o Comité cria, mantém actualizada e publica uma lista do património cultural imaterial que requer medidas urgentes de salvaguarda, e inscreve esse património na Lista a pedido do Estado Parte interessado (Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, 2003, artigo 17º).

Esta lista é composta pelas expressões que as comunidades e Estados consideram que precisam de medidas de salvaguarda urgentes para assegurar a sua transmissão. As inscrições nesta lista ajudam a mobilizar a cooperação internacional e a assistência que permite às instituições/tutelas/comunidades envolvidas tomar medidas de salvaguarda adequadas.

A Convenção prevê ainda um terceiro mecanismo de salvaguarda do PCI, o registo das melhores práticas de salvaguarda. De acordo com o artigo 18º:

Com base nas propostas apresentadas pelos Estados Partes, e em conformidade com os critérios definidos pelo Comité e aprovados pela Assembleia Geral, o Comité selecciona periodicamente e promove os programas, projectos e actividades de carácter nacional, sub-regional ou regional de

salvaguarda do património que em seu entender melhor reflectem os princípios e objectivos da presente Convenção, tendo em conta as necessidades específicas dos países em desenvolvimento (Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, 2003, artigo 18º).

Sobre estes três mecanismos de salvaguarda do PCI Cécile Duvelle, a Secretária da Convenção da Unesco para o Património Imaterial afirma que a primeira lista tem um sucesso enorme, mas por vezes, não pelas melhores razões porque ela é “usada pelos Estados para mostrar orgulho que têm desse património”, quando deveria consciencializar que o PCI é algo de muito importante em todo o mundo para o desenvolvimento sustentável, para a criatividade e diversidade cultural. Sobre a segunda lista diz que “é a lista mais prestigiosa, interessante, e a que mais corresponde ao espírito desta convenção; é a mais exigente, mas quando se trata de um estado que assinou a convenção, e que está comprometido a tomar todas as medidas necessárias de acordo com o artigo da convenção para salvaguardar o PCI no seu território a primeira coisa a fazer é ver onde estão os problemas”. Sobre o último mecanismo de salvaguarda Cécile Duvelle refere que “uma vez que há uma enorme urgência de salvaguarda a nível mundial, é preciso que os países que têm vontade de salvaguardar possam observar outras experiências que aconteceram de forma muito positiva nos outros países e de que forma é possível abordar a questão”. As melhores práticas devem por isso ser partilhadas a nível internacional. E acrescenta, ainda que “infelizmente é um registo que não tem sido procurado e não está a ser utilizado como deveria” (2015, s.p.).

No que diz respeito a Portugal, possui um enorme e inestimável património cultural imaterial que é urgente salvaguardar e divulgar. No ano de 2008 a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial entrou em vigor, tendo sido aprovada por unanimidade pela Assembleia da República⁷. A convenção de 2003 constituiu um ponto de partida para uma reflexão mais profunda sobre estas matérias e sobre a melhor forma de pôr em prática as

⁷ Resolução AR n.º 12/2008. A 26 de março procedeu-se à sua ratificação, por publicação em Diário da República.

medidas de salvaguarda do PCI. Criaram-se seminários, simpósios, encontros, publicações, trabalhos de investigação, estudos que visam refletir e debater sobre este tema.

Mas vamos recuar um pouco para percebermos de que modo se foi tratando, estudando e protegendo o PCI em Portugal.

Em 1980 surgiu o Instituto Português do Património Cultural (IPPC), do qual fez parte o Departamento de Etnologia. As suas áreas de atuação passavam pelo suporte técnico-científico a museus com coleções etnográficas, folclore, artesanato, levantamento e inventariação, investigação, participação em congressos e colóquios, atividade editorial, entre outras. Este organismo extinguiu-se em 1989 (Carvalho, 2009).

O termo “imaterial” foi referido pela primeira vez em Portugal, em 1985 com a Lei de Bases do Património Cultural (Lei 13/1985, de 6 de julho). De acordo com o artigo 1º deste documento:

O património cultural português é constituído por todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo” (Lei de Bases do Património Cultural, 1985, artigo 1º).

A lei previa a elaboração de um inventário sistemático e exaustivo de todos os bens materiais e imateriais, algo que nunca chegou a ser realizado (Cabral, 2011). Em 2001 foi publicada a Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural (Lei 107/2001, de 8 de setembro). O PCI é referido conforme o artigo 2º: “Integram, igualmente, o património cultural aqueles bens imateriais que constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória colectiva portuguesas” (Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural, 2001, artigo 2º).

Os artigos 91º e 92º desta lei são dedicados especificamente aos bens imateriais, onde se definem o âmbito e regime de proteção e os deveres das entidades públicas (Cabral, 2011). Neste sentido, e através da Lei 215, de 2006, a responsabilidade relativamente ao património nacional passou para o Ministério da Cultura, a quem cabia: “Salvaguardar e promover o património

cultural imóvel, móvel e imaterial, promovendo a sua classificação e inventariação” (Decreto-Lei 215/2006, 2006, artigo 2º, alínea a)).

Em 2007 criou-se o Instituto dos Museus e da Conservação (IMC)⁸ no âmbito do Ministério da Cultura, ao qual se atribuem competências específicas na área do PCI, designadamente através do seu Departamento de Património Imaterial (DPI). O DPI levou a cabo várias iniciativas, como por exemplo, um ciclo de colóquios, um programa de formação anual sobre princípios e metodologias de inventário do PCI, destinado aos museus da Rede Portuguesa de Museus, entre outras iniciativas no âmbito da salvaguarda deste património (Carvalho, 2009).

Em 2009 foi publicado o Decreto-Lei n.º 139/2009 que estabeleceu o regime jurídico de salvaguarda do PCI em Portugal, em desenvolvimento do disposto na Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, e de acordo com a Convenção de 2003. O Decreto-Lei n.º 139/2009 reconhece:

A importância e diversidade do património cultural imaterial enquanto factor essencial para a preservação da identidade e memória colectivas das comunidades e grupos, bem como da relevância do papel desempenhado por estes nos processos de representação e transmissão do conhecimento (Decreto-Lei n.º 139/2009, 2009, preâmbulo).

Este documento estabelece ainda:

Um sistema de inventariação através de uma base de dados de acesso público que permite a participação das comunidades, dos grupos ou dos indivíduos na defesa e valorização do património cultural imaterial, designadamente do património que criam, mantêm e transmitem (Decreto-Lei n.º 139/2009, 2009, preâmbulo).

Consequentemente, em 2011, o IMC disponibilizou o MatrizPCI como plataforma de acesso *online* ao Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial. O MatrizPCI disponibiliza igualmente legislação e normativos, publicações, conteúdos educativos, assim como informação sobre as atividades

⁸ Pelo Decreto-Lei n.º 97/2007 e respetiva Portaria n.º 377/2007.

desenvolvidas pela DGPC, tais como cursos e ações de formação. Todas estas funcionalidades têm como objetivo promover a valorização deste património.

Em 2012 foi criada a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), que resultou da fusão entre o Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR) e o Instituto dos Museus e da Conservação (IMC). E consequentemente o Decreto-Lei n.º 115/2012 estabeleceu a Lei Orgânica deste novo organismo, que tem por objetivo:

Assegurar o cumprimento das obrigações do Estado no domínio do inventário, classificação, estudo, conservação, restauro, proteção, valorização e divulgação do património cultural móvel e imóvel, e também no domínio do estudo, valorização e divulgação do património imaterial (Decreto-Lei n.º 115/2012, 2012, artigo 2º).

Em 2015 o Decreto-Lei n.º 149/2015 procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 139/2009 que estabelece o regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial. Segundo o artigo 2º desta lei:

Entende-se por «património cultural imaterial» as manifestações culturais expressas em práticas, representações, conhecimentos e aptidões, de carácter tradicional, independentemente da sua origem popular ou erudita, que as comunidades, os grupos e os indivíduos reconheçam como fazendo parte integrante do seu património cultural, e que, sendo transmitidas de geração em geração, são constantemente recriadas pelas comunidades e grupos em função do seu meio, da sua interação com a natureza e da sua história, inculcando-lhes um sentimento de identidade coletiva (Decreto-Lei n.º 149/2015, 2015, artigo 2º).

Esta lei realça a importância dos testemunhos etnográficos ou antropológicos, a importância da participação ativa das comunidades, dos grupos e dos indivíduos que se constituem como os respetivos detentores de uma manifestação de PCI, destaca a obrigatoriedade de inscrição de uma manifestação no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial para poder ser candidata à Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade ou à Lista do Património Cultural Imaterial que necessita de Salvaguarda Urgente, entre outras particularidades.

Relativamente ao Património Cultural Imaterial classificado em Portugal, em junho de 2010 foi apresentada junto da UNESCO a primeira Candidatura do Estado Português, o Fado, para inscrição na Lista Representativa do

Património Cultural Imaterial da Humanidade. Desde então fazem parte da mesma Lista as seguintes representações:

- Dieta Mediterrânica, tendo sido candidatura coletiva dos seguintes países: Chipre, Croácia, Espanha, Grécia, Itália, Marrocos e Portugal, (ano de inscrição: 2013);
- Cante Alentejano, cantar polifónico do Alentejo, sul de Portugal (ano de inscrição: 2014);
- Falcoaria, um património humano vivo (ano de inscrição: 2016);
- Produção de figurado em barro de Estremoz (ano de Inscrição: 2017).

Foram ainda inscritas na Lista do Património Cultural Imaterial da Humanidade que necessita de Salvaguarda Urgente as seguintes manifestações:

- Manufatura de chocalhos (ano de inscrição: 2015);
- Processo de manufatura da olaria preta de Bisalhães (ano de inscrição: 2016).

1.2.2. Os museus, o material e o imaterial

“O museu deve ser vivido” (Rebeca Campos Ferreira, 2011, p. 65).

Neste subcapítulo apresento e discuto a importância e o papel que os museus têm no estudo, divulgação e salvaguarda do Património Cultural Imaterial. Começo por apresentar a definição de um museu, que segundo o ICOM PORTUGAL:

É uma instituição permanente sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o

património material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite⁹.

Mas durante muito tempo o museu foi considerado um lugar de representação, de preservação e de conservação dos bens culturais materiais, como se fosse apenas um depósito de objetos antigos. Para Kenji Yoshida (2004, p. 114) "le musée n'est pas un simple lieu de dépôt des objets matériels du passé; c'est aussi un lieu de dépôt des connaissances et des informations immatérielles qui peuvent servir à construire le futur".

O património cultural deve ser interpretado de forma educativa e pedagógica, em todas as suas valências, não deve servir apenas para instruir, memorizar e reproduzir características físicas dos objetos expostos. Filipe Themudo Barata refere que,

As pessoas percebem que os museus podem ter outras funções, outras vantagens no sistema de ensino e começaram a construir serviços educativos com outro alcance, outra dinâmica. Até que, a própria lei-quadro dos museus portugueses vem oficializar todos estes fenómenos (2015, p. 48).

A definição de museu dada pelo ICOM é prova deste novo pensamento e tomada de consciência para a importância do estudo, identificação, valorização e salvaguarda de todo o património cultural, material, imaterial e natural.

Mas estas tipologias patrimoniais relacionam-se entre si? O património cultural material e imaterial interligam-se? De facto o património cultural apresenta dimensões materiais e imateriais que coexistem e são observadas e analisadas de forma indissociável. Sobre este assunto Dawson Munjeri declara :

La distinction entre le patrimoine physique et non-physique est à présent considérée comme artificielle. Le patrimoine physique ne peut atteindre sa signification véritable que lorsqu'il jette la lumière sur ses valeurs sous-jacentes. Inversement, le patrimoine immatériel doit s'incarner dans des manifestations matérielle (Munjeri, 2004, p. 19).

⁹ ICOM (2015). Definição: Museu [em linha]. ICOM. Acedido março 17, 2018 em <http://icom-portugal.org/recursos/definicoes/>.

A imaterialidade é uma dimensão transversal a todas as outras e por isso mesmo torna-se um tema estimulante para reflexão e debate. Para Dawson Munjeri,

Le patrimoine culturel doit s'exprimer à travers les valeurs que les gens lui attribuent, et non l'inverse. Les objets, les collections, les bâtiments, etc. sont reconnus comme des éléments du patrimoine lorsqu'ils expriment la valeur de la société; le matériel ne peut être compris et interprété qu'à travers l'immatériel. La société et les valeurs sont ainsi intrinsèquement liées (2004, p.14).

Segundo Arjun Appadurai,

Tangible heritage is not the sum total of all the physical possessions of a society, intangible heritage is not merely an encyclopaedia of its values and intangible treasures. Intangible heritage is a tool through which tangible heritage is defined and expressed, and through which the inert landscape of objects and monuments is turned into a living archive of cultural values. Without tangible heritage, intangible heritage becomes too abstract. Without intangible heritage, tangible heritage becomes an illegible series of objects or sites (2002, p. 12).

Os bens culturais materiais expressam um conjunto de valores, símbolos e significados que compõem o invisível, o imaterial. O PCI é o que está além dos objetos e das manifestações. É o simbólico, o saber, o invisível e forma pessoas, identidades, mentalidades, artistas, artesãos. É o que dá sentido ao objeto, que permite a sua interpretação e determina a sua utilidade.

Pensemos, por exemplo, na Arte Chocalheira, registada na Lista de Património Mundial em Necessidade Urgente de Salvaguarda. O fabrico de chocalhos é uma atividade metalúrgica associada essencialmente à pastorícia e consiste "na produção de um idiofone em ferro forjado que é suspenso ao pescoço dos animais numa coleira" (Jornal de Notícias, 2015). Esta manifestação não pode ser dissociada dos artefactos (Património material) nem das paisagens (Património natural). Ela está estreitamente ligada aos chocalhos, dado que são o produto físico/material que resulta da manifestação. Assim sendo o fabrico destes objetos reflete as práticas do PCI, e é esse mesmo saber-fazer que importa salvaguardar, e que foi transmitido de geração em geração. Torna-se indissociável da paisagem alentejana porque os chocalhos são produzidos para serem colocados ao pescoço dos animais que

pastam nos campos e que fazem parte dessa paisagem, também ela sonora. Por estas razões a ligação à paisagem alentejana e à sua banda sonora fazem do chocalho um aspeto característico e identitário, ao mesmo tempo que tem uma dimensão utilitária na pastorícia, designadamente na localização dos animais.

Assim sendo, as ações museológicas devem mostrar como podemos compreender o passado através do presente, e compreender o objeto, a manifestação cultural que apresenta, como ponto de partida para realizar estudos e comparações, e permitir estabelecer ligações entre o passado e o presente, entre uma cultura e outra, estudando as diferentes gerações.

Além disso, os diferentes estudos sobre a dimensão imaterial (práticas e memórias associadas aos objetos) permitem revelar os “múltiplos sentidos e significações” (Freire, 2009, p. 211) dos objetos, tal como os aspetos sociais, económicos, políticos, funcionais, tecnológicos, simbólicos, afetivos, estéticos, que de forma isolada, os bens materiais não evocam.

Portanto pretende-se que o PCI seja visto e analisado de forma crítica, que permita o estímulo da criatividade, para que ele possa ser um meio de aprendizagem e produção de conhecimentos. Segundo Ana Carvalho (2011, p.89) “deve-se entender a integração da dimensão imaterial na estratégia do museu como uma forma de dar resposta à função social do museu, que por sua vez só é possível através de estratégias participativas”.

Neste sentido, recentemente surgiram dois documentos, a Carta de Shanghai (2002) e a Declaração de Seoul sobre o Património Imaterial (2004), que dão enfoque à importância dos museus na preservação do PCI e quais as melhores estratégias e práticas a adotar nesse sentido.

A Carta de Shanghai resultou de um *atelier* intitulado *Museus, património imaterial e globalização*, realizado na 7ª Assembleia Regional da Ásia e Pacífico do ICOM (ASPAC), na China em 2002. Este documento afirma a importância,

De la créativité, des facultés d'adaptation et du caractère particulier des peuples, des lieux et des communautés en tant que cadre de référence dans lequel les expressions, les valeurs, les traditions, les langues, l'histoire orale, les modes de vie traditionnels, etc., sont reconnus et promus dans toutes les pratiques muséales et du patrimoine, appelons les musées, en leur qualité de promoteurs de partenariats constructifs pour la sauvegarde du patrimoine de l'humanité (Charte de Shanghai, 2002, p. 1).

Esta carta sugere algumas práticas e iniciativas que se podem executar no âmbito da salvaguarda do PCI, como por exemplo, a criação de instrumentos de trabalho para a documentação, a implementação de projetos de inventário que incluam a participação das comunidades, o incentivo à inclusão do PCI nas várias atividades do museu e a recomendação para a utilização de novas tecnologias (Carvalho, 2009).

A Declaração de Seoul sobre o Património Imaterial resulta da 21^a Assembleia geral do ICOM, realizada em Seoul (República da Coreia) em 2004. Este documento relembra a importância do PCI, assim como o seu papel na preservação da diversidade cultural, recomenda e incita à tomada de várias medidas por parte dos museus e das várias organizações do ICOM, assim como das diferentes instituições nacionais e locais.

As ações focadas no estudo, inventariação e documentação do PCI pelos especialistas, não são suficientes, visto tratar-se de um património vivo, dinâmico e evolutivo em que as práticas, manifestações culturais e contextos sociais devem ser salvaguardados e protegidos (Bortolotto, 2008, citado por Carvalho, 2011). Por se tratar de manifestações vivas e praticadas pelas comunidades, a participação destas, nas práticas de salvaguarda tem de ser ativa e inclusiva. O envolvimento das comunidades e grupos em todos os momentos da salvaguarda do PCI vai ao encontro do que representa o movimento da “nova museologia”¹⁰. Hauenschild (1988, citado por Cabral, 2011) afirma que a “nova museologia” defende que os objetivos e princípios básicos dos museus são socialmente relevantes, e que, sendo uma instituição educativa, o museu deverá agir de forma a desenvolver e fortalecer a consciência identitária das populações e a promover a confiança das mesmas na sua capacidade de desenvolvimento. Assim sendo o museu adquire uma

¹⁰ Este movimento começou nos Estados Unidos nos anos cinquenta do século passado quando se recuperou o conceito de museu enquanto instituição educativa, e depois foi retomado em França, nos anos setenta, quando o papel social dos museus foi redefinido principalmente pelos museólogos Georges-Henri Rivière e Hugues de Varine (Cabral, 2011).

função social evidente enquanto promotor de mudança e progresso, promovendo a participação de toda a comunidade e grupos em todas as suas iniciativas e atividades relacionadas com o património (Fernandes, 2005, citado por Cabral, 2011). Desta maneira os museus assumem o compromisso de se tornarem mais acessíveis, inclusivos e participativos. As atividades e iniciativas museológicas mudam o seu propósito, de algo que é planeado “para” um determinado público, grupo ou comunidade, para algo que é planeado “com” (Carvalho, 2016). Assim sendo, Ana Carvalho (2016, s.p.) declara que surge “uma maior valorização dos saberes que estão fora do museu, e que residem nas pessoas, nos grupos e nas comunidades” e defende a importância destes conhecimentos empíricos para se perceber melhor o nosso património cultural, em complementaridade com os conhecimentos científicos.

Esta perspetiva museológica está claramente explícita na aprovação da nova Recomendação Relativa à Protecção e Promoção dos Museus e das Coleções, da sua Diversidade e do seu Papel na Sociedade adotada pela Unesco em 2015. Segundo o ponto 2 da Recomendação:

Les musées, en tant qu'espaces de transmission culturelle, de dialogue interculturel, d'apprentissage, de discussion et de formation, jouent également un rôle important en matière d'éducation (formelle, informelle, apprentissage tout au long de la vie), de cohésion sociale et de développement durable. Les musées ont un fort potentiel de sensibilisation du public à la valeur du patrimoine culturel et naturel et à la responsabilité de tous les citoyens de contribuer à sa protection et à sa transmission (Recommandation concernant la protection et la promotion des musées et des collections, leur diversité et leur rôle dans la société, 2015, p.17).

Resumidamente este documento defende a participação e o envolvimento das comunidades e grupos no desenvolvimento das principais funções museológicas (preservação, investigação, educação e comunicação) e recomenda a criação de novas políticas inclusivas de captação e formação de novos públicos.

O museu muda mentalidades e influencia a visão que as pessoas têm do mundo. Ao expor e representar de maneira diferente as diversas culturas, podemos modificar a visão do mundo. Já vimos que o museu tem a responsabilidade de estudar, conservar, salvaguardar e desenvolver o PCI, e nesse contexto, Ana Carvalho (2011) apresenta três formas dos museus

abordarem esta tipologia patrimonial: os museus como catalisadores, como intermediários ou como espaço em si mesmo.

O museu como catalisador “pode estimular a reflexão e a sensibilização para a importância do PCI e para os problemas que concorrem para o seu desaparecimento, incorporando e dinamizando este património através das atividades do museu (inventário, documentação, estudo, exposição, interpretação, educação, etc)” (Carvalho, 2011, p. 90).

Para a autora o museu pode representar-se como um mediador, “apoiando as comunidades na criação e dinamização de redes e projetos de valorização do PCI, fazendo uso das suas competências técnicas e científicas. Neste sentido, o museu é um facilitador dos processos de patrimonialização” (Carvalho, 2011, p. 90).

Finalmente, o museu “pode ainda ser visto como um espaço com valências próprias e recursos que podem estar ao serviço das comunidades. Isto é, o museu pode também ser um lugar de encontro onde as comunidades se podem exprimir, dando palco à diversidade cultural e à transmissão das tradições e conhecimentos, estimulando, por sua vez, a criação de novas identidades e dinâmicas culturais” (Carvalho, 2011, p. 90).

Por todas estas razões enunciadas, os museus assumem um papel relevante na salvaguarda do PCI tornando-se fundamentais na (re) construção e reafirmação da identidade das comunidades.

Um dos objetivos do meu trabalho vai de encontro ao que foi apresentado anteriormente. Pretende-se apresentar o Património Imaterial associado à coleção do ofício de ferreiro do núcleo etnográfico do Museu Convento dos Lóios. Este projeto inspira-se na iniciativa “Dar voz aos objetos”¹¹, dinamizada pelo Museu da Luz, que tem como objetivo a documentação do acervo etnográfico. A partir da seleção de um objeto da coleção, são realizadas conversas com os doadores/ informantes conhecedores dos usos dos objetos em causa, e são construídas desta maneira narrativas em torno das suas

¹¹ Museu da Luz (n.d.). Dar voz aos objetos [em linha] Museu da Luz. Acedido dezembro 22, 2017, em <http://www.museudaluz.org.pt/404000/1/index.htm>.

histórias de vida que conduzem, por sua vez, à comunidade. Este trabalho permite um enriquecimento do arquivo oral, a recuperação de histórias e memórias sobre a comunidade e o passado, memórias essas que estão em permanente transformação e que importam salvaguardar.

Assim sendo, o objetivo principal do meu projeto é destacar os aspectos imateriais que fazem parte da coleção do ofício do ferreiro e contribuir para uma interpretação mais completa do uso dos objetos transmitido na primeira voz, por pessoas da comunidade local; e analisar e interpretar os objetos de forma a projetar no presente as realidades do passado.

2. O MUSEU CONVENTO DOS LÓIOS E AS COLEÇÕES

2.1. O MUSEU

O Museu Convento dos Lóios localiza-se no centro de Santa Maria da Feira, junto à Igreja Matriz de S. Nicolau, a caminho do Castelo. O edifício está bem localizado e tem acesso a pessoas com mobilidade reduzida.

O Museu foi criado inicialmente como Biblioteca e Museu Municipal da Vila da Feira a 5 de fevereiro de 1938, permanecendo no edifício contíguo aos Paços do concelho. O Museu foi inaugurado oficialmente a 20 de janeiro de 1940, dia da Festa das Fogaceiras, que é a festa do concelho e feriado municipal (Centeno & Oliveira, 2008). O Dr. Henrique Vaz de Andrade Basto Ferreira foi o primeiro diretor do museu, cargo que ocupou até 1961, o ano da sua morte. Ao longo dos anos o acervo esteve armazenado e exposto em diferentes edifícios, por vezes sujeito a más condições de conservação e acondicionamento, originando o desaparecimento de alguns bens culturais.

Em 1992 o museu separou-se da biblioteca e foi instalado no histórico edifício do Convento dos Lóios. Este edifício de arquitetura religiosa, estilo maneirista é datado do século XVI/XVII. É composto pela igreja de planta em cruz latina e de nave única e o claustro de dois pisos. No centro do claustro ainda é possível contemplar o seu chafariz. O Convento dos Lóios já desempenhou funções de casa religiosa, teatro, cadeia e tribunal (Centeno & Oliveira, 2008).

A criação do Decreto de extinção das Ordens Religiosas pelo ministro Joaquim António de Aguiar e assinado por Pedro IV de Portugal, publicado em 30 de maio de 1834, alterou a história do Convento dos Lóios. Neste documento eram declarados extintos todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios, e quaisquer outras casas das ordens religiosas regulares, sendo que os seus bens foram incorporados na Fazenda Nacional. No entanto o Convento viria a ter uma nova utilidade para o serviço público, sendo que a Câmara, interessou-se desde logo pelo edifício, aproveitando-o para o seu uso futuro.

Assim sendo, dois anos depois o edifício é posto à disposição da Câmara da Vila da Feira, através de uma portaria de 13 de setembro de 1836, sendo que o tribunal e a administração do concelho iniciaram funções em 1878 no pavimento superior ao claustro. Nesse mesmo ano foi igualmente inaugurado o teatro D. Fernando II, localizado no antigo refeitório dos cônegos e toda a ala sul do edifício, onde posteriormente viria a ser a conservatória do registo civil. Respeitante às instalações da cadeia, estas foram ocupadas desde 1907 até 1944 no primeiro andar do claustro (Centeno & Oliveira, 2008).

Em 2000, criou-se a Rede Municipal de Museus de Santa Maria da Feira, e o museu adquiriu uma nova força e revitalização, transformando-se num espaço com exposições de grande cariz identitário e histórico da cidade, passando a designar-se Museu Convento dos Lóios.

Este projeto cresceu e valorizou-se através da candidatura ao Programa Operacional da Cultura (POC), Medida 1.2, Acção 1, em 2001, com o objetivo de reabilitar e recuperar o edifício histórico do Convento dos Lóios, de maneira a criar todas as condições necessárias à conceção de um museu acessível e responsável na missão de salvaguarda, conservação e exposição dos bens culturais. Esta intervenção veio permitir a valorização do edifício e também das coleções através do recurso a novas formas expositivas, que se adaptam aos diferentes públicos, assim como promover a interpretação dos bens e a divulgação da identidade e da história da comunidade feirense (Centeno & Oliveira, 2008). Assim sendo o museu é constituído por diferentes núcleos temáticos, nomeadamente Arqueologia, História e Etnologia. Para além destes núcleos o museu dedica uma sala para expor o espólio doado pelo pintor feirense Mestre António Joaquim.

O Museu Convento dos Lóios passou a integrar a Rede Portuguesa dos Museus em 2010, tendo sido reconhecido pela Secção Especializada dos Museus e da Conservação e Restauro do Conselho Nacional de Cultura, por

cumprir todos os requisitos técnicos consagrados na lei-quadro dos museus portugueses¹².

O museu tem como missão ser um espaço dedicado à história do concelho e da região, privilegiando a salvaguarda, valorização e divulgação de testemunhos e memórias do passado como herança histórica e cultural, legados a gerações futuras. O museu pretende, para além da sua missão, ser um local onde se realizem ações do serviço de extensão cultural e educativa, captar novos públicos, transformando-se num espaço cultural da região, pela qualidade e diversidade das suas atividades e iniciativas, desempenhando desta forma um papel ativo na vida cultural, científica e educacional do concelho e da região. O museu tem como objetivos o restauro e manutenção do edifício do Convento dos Lóios, tendo em conta a sua importância como arquitetura religiosa; a gestão, inventariação, conservação, segurança e divulgação das coleções do museu; o estudo de núcleos tradicionais da cultura material e imaterial relevantes da região, entre outros (Museu Convento dos Lóios, 2009).

Neste sentido o museu integra uma sala polivalente para apresentar as exposições temporárias de curta e média duração, receber diversos seminários, conferências, concertos e ações de formação. E ainda é constituído por uma sala de extensão cultural e educativa que assume um papel relevante no cumprimento dos objetivos do programa museológico e numa perspetiva de programação e criação de dinâmicas do museu, tornando-o um espaço vivo e aberto à participação dos diferentes públicos, através da criação de atividades e oficinas pedagógicas, lúdicas e educativas.

¹² MUSEU CONVENTO DOS LÓIOS (2010). *Newsletter*. Acedido abril 01, 2018, em <https://www.cm-feira.pt/portal/binary/com.epicentric.contentmanagement.servlet.ContentDeliveryServlet/Thematic%20Navigation/Turismo/Recursos%20Tur%25C3%25ADsticos/Museu%20Convento%20dos%20L%25C3%25B3ios/apendices/04.%20Newsletter/ficheiros/Newsletter%20do%20Museu%20Convento%20dos%20L%25C3%25B3ios/newsletter%20museu%20loios%20on%25C2%25BA03.pdf>.



Figura 1 - Diferentes zonas pertencentes à sala de extensão cultural e educativa (Fonte: Imagem da autora)



Figura 2 - Sala polivalente (Fonte: Imagem da autora)

Atualmente a diretora do museu é a Dr. Ana José Oliveira, formada nas áreas da Arqueologia e História. Existe uma pessoa responsável pela conservação e restauro, outra pela inventariação e ainda uma funcionária no atendimento, que acaba por dar apoio sempre que necessário. De momento existem duas responsáveis pelo serviço educativo, uma delas formada na área de Línguas e outra na área da Educação, possuindo uma licenciatura em Educação Especial.

2.2. AS COLEÇÕES

O piso 0 do museu é constituído pela entrada/recepção, loja do museu, sala polivalente, serviços educativos, serviços técnicos e a exposição permanente dedicada à obra do Pintor António Joaquim¹³. O piso 1 é constituído pela exposição permanente, repartida por várias salas, que expõe a origem e história do concelho.

As primeiras salas do piso 1 são dedicadas à Arqueologia, e divulgam a importância que o território de Santa Maria da Feira teve na Antiguidade e na Idade Média, expondo não só materiais originários dos castros de Fiães, de



Figura 3 - Sala de Arqueologia (Fonte: Imagem da autora)

¹³ António Joaquim, de seu nome, nasceu em Travanca, uma pequena aldeia de Santa Maria da Feira, em 1 de junho de 1925. Atualmente é considerado um pintor de referência nacional, já com uma longa carreira. O Mestre António Joaquim é reconhecido como um grande paisagista e retratista português, e à semelhança dos pintores impressionistas, ele considera a luz um elemento fundamental para captar o ambiente, a atmosfera, a complexidade de um instante da realidade perceptível e sensível e o estado de alma. O pintor utiliza as mais variadas técnicas como o óleo, acrílico, aguarela e pastel. O Mestre doou ao museu uma assinalável coleção de obras da sua autoria sobre diferentes temáticas, principalmente figuras e monumentos regionais, onde se destaca o Castelo da Feira como motivo principal.

Romariz e do Castelo da Feira, como algumas maquetes dessas estruturas. Verifica-se assim um longo percurso de trabalhos arqueológicos realizados no concelho, que se iniciaram em meados do século XIX.

Ao longo do percurso da visita ao museu estão expostos pequenos núcleos sobre o Castelo, a aferição dos pesos e medidas (uma competência da Câmara Municipal em tempos anteriores), a religiosidade do povo, destacando a Festa das Fogaceiras e o fabrico da fogaça, e ainda outros símbolos representativos da história do município de Santa Maria da Feira.

Através destas exposições também pretende-se motivar os visitantes a explorarem os diferentes locais de interesse, históricos, arqueológicos e museológicos, situados em vários pontos do concelho.

A exposição dedicada às Artes e Ofícios é aquela que mais importa dar ênfase neste capítulo. Este núcleo, constituído por uma única sala, situa-se no piso 1, e mostra ofícios tradicionais e característicos da região, como o sapateiro, jugueiro, tanoeiro, oleiro e tecedeira. Estão expostos os equipamentos e utensílios que os artesãos mais usavam nos seus ofícios. Estes objetos são maioritariamente doações de particulares e de associações locais. Este tipo de ações demonstram, também, o lado participativo e inclusivo da população feirense, atitude comum das comunidades perante os museus locais. No mesmo piso é apresentado os nomes de beneméritos, doadores e mecenas do Museu num painel.



Figura 4 - Ofícios do sapateiro e do tanoeiro (Fonte: Imagem da autora)

Da era industrial também estão expostas neste núcleo duas atividades transformadoras de grande importância e tradição no concelho, remontando

ao século XVIII, que são o fabrico de papel e de rolhas de cortiça, continuando esta última ainda hoje em dia com grande expressão no concelho.

A reserva técnica é considerada o espaço destinado a armazenar e acondicionar, garantindo assim a preservação dos bens do acervo que não estão na exposição permanente. A reserva do Museu Convento dos Lóios é relativamente grande, armazena muitos outros objetos, maioritariamente de cariz etnográfico e também algumas pinturas. Os materiais constituintes com mais expressividade são os metais, madeiras, cerâmica, cestaria e vidro. São espaços de grande importância dentro das instituições, porque nelas estão uma grande maioria do acervo do museu. Muitas vezes são esquecidas ou até negligenciadas por essas mesmas instituições museológicas, no entanto são espaços fundamentais para a preservação da memória e do património de uma comunidade. No caso do Museu Convento dos Lóios, a reserva é equipada de um armário metálico adequado que permite um melhor aproveitamento do espaço, e também a nível de controlo das condições ambientais existe um mecanismo de ar condicionado que permite controlar a temperatura e a humidade relativa.



Figura 5 - Reserva do museu (Fonte: Elaborada pela autora)

2.3. A COLEÇÃO DO OFÍCIO DO FERREIRO

A técnica de trabalhar o ferro manteve-se segundo processos tradicionais recolhidos e transmitidos ao longo dos séculos. O ferro posto na forja era, depois, malhado na bigorna com os martelos ou marretas e torcido com as tenazes. O ferreiro dedicava-se ao conserto, ao aguço, ao amolar das peças de corte, produzindo ferramentas não só para a lavoura mas também para pedreiros, mineiros e ainda fabricando alguns objetos de uso quotidiano, e posteriormente, para a construção civil.

Todos os objetos ligados ao ofício do ferreiro permanecem armazenados na reserva, exceto o fole, que se localiza numa pequena sala do laboratório de conservação e restauro. A coleção do ofício do ferreiro permanece na reserva, principalmente pela falta de espaço da exposição permanente. Tendo em conta esta questão, quando se pensou no projeto para a nova exposição, decidiu-se expor apenas os ofícios que refiro no texto anterior, por serem os mais representativos do concelho da Feira e por terem sido os que foram alvo de mais estudo e interesse por parte da comunidade científica e académica. O ferreiro é um ofício transversal a todas as comunidades e regiões do país, e por isso não integrou logo a exposição permanente. Mas, tendo em conta a importância que representava para a comunidade e a existência desta coleção, criou-se um novo projeto de integração do ofício do ferreiro na exposição permanente, por troca com o ofício do oleiro, para desta forma valorizar e dar a conhecer este ofício principalmente à comunidade feirense.

A coleção é constituída por uma bancada de trabalho com torno, um fole, três tenazes, uma bigorna com cepo, uma bigorna sem cepo, duas marretas, um malho, duas turquês, uma lima, três talhadeiras, uma serra, uma mó, um avental de couro, um banco para picar foicinhas, dezoito pregos de meia lua de roda carros de bois, sete ferraduras e ainda cinco camelos¹⁴, um ferro de soldar o que perfaz um total de 51 objetos. Os materiais constituintes destes objetos são o ferro, a madeira e o couro.

¹⁴ Um camelo ou meia ferradura é uma ferradura própria para o gado bovino.



*Figura 6 - Vista de parte da coleção localizada na reserva
(Fonte: Imagem da autora)*

Trata-se de uma coleção relativamente bem conservada. Os objetos foram analisados por observação direta para captar os problemas mais evidentes. Algumas das madeiras apresentam alguma fragilidade, fraca estabilidade e falta de resistência ao nível do suporte, principalmente na bancada. Foram observados ainda alguns empenamentos, fendas e fissuras longitudinais pontuais na bancada e nalguns cabos de madeira. Foi observada deterioração resultante da ação patente de insetos xilófagos, nas madeiras. Pode afirmar-se que este se encontra ativo porque ao observar o móvel deparou-se com a existência de serrim. O serrim apresenta-se mais claro dado que ainda não oxidou ao contrário do suporte. Por consequência da ação dos insetos xilófagos algumas peças apresentam lacunas, nomeadamente pequenos orifícios circulares, denominados por galerias. O avental apresenta umas manchas verdes resultantes de uma infestação de fungos.

Os objetos foram maioritariamente doados pelo Sr. António de Sousa (já falecido, ferreiro, natural Santa Maria da Feira), pela Sra. Cândida Santos da Cruz (filha de um falecido ferreiro, natural de Mosteirô, Santa Maria da Feira) e pelo Sr. Ângelo Alves Ribeiro (ferreiro, natural de Fíães, Santa Maria da Feira). Desta maneira a coleção resulta de um trabalho de vários anos, e pode ser entendida como um testemunho de parte da história do ofício do ferreiro

no concelho de Santa Maria da Feira, e neste sentido, trata-se de um material de pesquisa e estudo importante.

Segue-se a descrição formal e funcional dos objetos mais representativos do ofício do ferreiro:

- Fole - a armação do fole é constituída por três pranchas iguais, de madeira e de forma ovóide, formando, a de baixo, o fundo e a de cima o tampo (que tem na sua parte mais larga uma travessa recortada). A do meio possui braços para a fixar. O fundo e o tampo convergem, pelo lado mais estreito no cepo, onde se prendem por meio de dobradiças a fim de poderem executar o movimento de abrir e fechar. O espaço entre as pranchas é tapado com couro, formando pregas. A prancha do fundo possui uma abertura, preguetas, de forma que o ar é obrigado a passar para a biqueira por onde se precipita na fornalha. A sua função é ativar o fogo na forja;



Figura 7 - Fole (Fonte: Imagem da autora)

- Bancada de trabalho com torno – a bancada é feita de madeira. Nela está um torno que é constituído por uma alavanca e um fuso que permitem a abertura das bocas do torno. Estas bocas, cujas extremidades são encurvadas estão aparafusadas entre si, permitindo que abram e fechem de acordo com as necessidades do objeto a fixar. O

fuso é roscado. O torno tem ainda dois espigões para prender, com parafusos, à respetiva bancada, um maior que vai até ao chão e um mais pequeno para o topo. A sua função é segurar o objeto;



Figura 8 - Bancada de trabalho (Fonte: Imagem da autora)

- Bigorna com e sem cepo - é constituída por um corpo paralelepípedo denominado mesa (parte plana e lisa onde se malha o ferro) com dois buracos: um quadrado e outro redondo. De um dos lados da mesa parte um bico cónico, denominado chifre. Pode assentar sobre um cepo de madeira. A sua função é apoiar o objeto para se puder talhar o ferro;



Figura 9 - Bigorna com cepo (Fonte: Imagem da autora)

- Tenazes - são constituídas por duas hastes (as pernas), de secção circular que abrem em cruz por intermédio de um eixo que as liga. As extremidades posteriores (a boca) das hastes são espatuladas e dobradas em ângulo reto. A sua função é pegar e segurar o objeto;



Figura 10 - Tenaz (Fonte: Imagem da autora)

- Marreta, martelo e malho - são constituídos por uma massa de ferro com um furo a meio ou 'olho' para a entrada do cabo de madeira. A sua função é bater e cortar o objeto;



Figura 11 - Marreta (Fonte: Imagem da autora)

- Talhadeira - é constituída por um corpo de aço, de secção circular, retangular, hexagonal ou octogonal, com um extremo forjado, com cunha, temperado e afiado convenientemente, e outro chanfrado denominado cabeça. A sua função é para cortar, retirar excesso de material e abrir rasgos, e é utilizada conjuntamente com o martelo, marreta;



Figura 12 - Talhadeira (Fonte: Imagem da autora)

- Turquês - é constituído por duas hastes (as pernas), de secção circular e assimétricas, que abrem em cruz por intermédio de um eixo que as liga. As extremidades posteriores (a boca) das hastes são encurvadas para o interior. A sua função é principalmente arrancar os cravos dos cascos e das ferraduras dos animais;



Figura 13 - Turquês (Fonte: Imagem da autora)

- Ferro de soldar – consiste numa peça em ferro triangular que aquece é aquecida a uma temperatura alta permitindo a fusão da solda e a união de determinados metais.

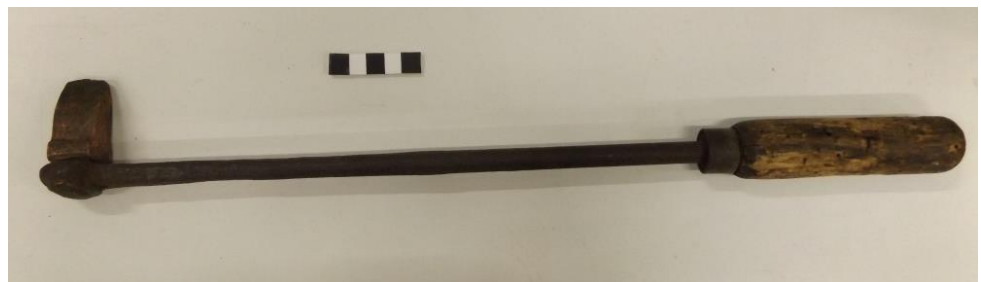


Figura 14 - Ferro de soldar (Fonte: Imagem da autora)

- Mó - é constituída por uma mó circular em grés com um eixo em ferro que tem acoplada uma manivela para o respetivo manuseio. Está disposta, verticalmente, numa caixa de madeira, em forma de trapézio, que conteria água. A sua função é amolar as ferramentas e as foices;



Figura 15 - Mó (Fonte: Imagem da autora)

- Banco de picar foicinhas – é talhado num tronco de madeira, com quatro pés, dois em cada extremidade, e uma safra de madeira numa das pontas, tendo como base de apoio um osso. A sua função é conferir à lâmina da foice capacidade de corte e prendê-las no cabo.



Figura 16 - Banco de picar foicinhas (Fonte: Imagem da autora)

- Avental - é de cabedal de peitilho, com presilhas e preso à cintura com correia e fivela. Este avental tinha por função proteger o corpo do calor da forja e de eventuais queimaduras.



Figura 17 - Avental de cabedal (Fonte: Imagem da autora)

3. O ESTÁGIO

3.1. CONSIDERAÇÕES SOBRE CONSERVAÇÃO E RESTAURO

Uma das atividades práticas desenvolvidas durante o estágio consistiu em intervenções de conservação e restauro. Tal como referi anteriormente a minha licenciatura é em Conservação e Restauro, e este estágio permitiu mobilizar as minhas habilidades práticas nesta área. Estes trabalhos foram supervisionados pelo conservador-restaurador responsável no museu.

As peças intervencionadas não necessitavam de um tratamento profundo, sendo que o tratamento passou por tomar algumas medidas de conservação e restauro, tendo em conta o diagnóstico, as características materiais e o local de exposição dos objetos. Para tal seguiram-se alguns dos princípios fundamentais da Conservação e Restauro, considerando, como o fez Cesare Brandi, que “o restauro deve visar o restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isto seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem apagar nenhum sinal da passagem da obra de arte no tempo” (Brandi, 2006, p. 6).

Com isto quer-se dizer que a autenticidade e historicidade da obra física deve ser sempre respeitada e nunca adulterada. Ainda segundo este autor “a obra de arte é em primeiro lugar uma resultante do fazer humano e, enquanto tal, não deve depender para o seu reconhecimento das alternâncias de gosto ou de moda, impõe-se, no entanto, uma prioridade da consideração histórica em relação à estética” (Brandi, 2006, p.39).

Segundo o princípio da diferenciação qualquer parte acrescentada durante a intervenção deve ser distinguível, logo que chegue a uma visão mais aproximada, e deverá ser invisível à distância sem prejudicar a visão global do objeto respeitando em absoluto o bem cultural e o seu autor (Brandi, 2006). A intervenção mínima e a removibilidade devem permitir que no futuro o objeto volte a ser intervencionado interferindo o mínimo no mesmo, porque sendo conservação e restauro um domínio científico e tecnológico, encontra-se em constante evolução, e podem encontrar-se melhores métodos e produtos

(Brandi, 2006). De acordo com o princípio da compatibilidade os materiais empregues no restauro não devem trazer dano nem físico nem estético aos materiais originais. Para isso é fundamental garantir a boa qualidade dos materiais e produtos utilizados, usá-los com segurança e que apresentem durabilidade.

3.2. TAREFAS DESEMPENHADAS

Traçar um rigoroso levantamento do estado de conservação permite prevenir erros no futuro, através de um bom plano de preservação. Os objetos foram analisados numa primeira fase por observação direta, para captar os problemas mais evidentes. Foi elaborado um levantamento de todos os danos e patologias. Segundo Cesare Brandi (2006, p.72) para proteger, eliminar os perigos e garantir as condições favoráveis, antes de mais “é necessário que a obra de arte seja examinada, em primeiro lugar, em relação à eficiência da imagem que nela se concretiza, em segundo lugar, em relação ao estado de conservação das matérias de que é feita”.

Só desta maneira se poderá clarificar a autenticidade com que a imagem terá sido transmitida até nós e o estado de consistência da matéria de que resulta. Sem esta análise, nem a autenticidade da obra nem a sua consistência física serão garantidas no futuro (Brandi, 2006).

A deterioração progressiva altera as características físicas, e consequentemente, as estéticas. Este termo diz respeito ao conjunto de modificações do suporte e da superfície, e também dos materiais constituintes sofridas ao longo dos tempos, pela sua própria natureza, pela sua evolução e eventuais acidentes. As causas de deterioração dos bens culturais são numerosas e complexas e constituem um sistema complexo de fenómenos e alterações que se desenrolam em simultâneo e se influenciam mutuamente.

Todos os objetos que foram intervencionados estão armazenados na reserva do museu. Os objetos de madeira e as cestarias que foram intervencionadas apresentavam alguma fragilidade, fraca estabilidade e falta de resistência ao nível do suporte. Foram observados empenamentos, fendas e fissuras

longitudinais pontuais. Essas fendas e fissuras surgem principalmente devido às alterações de temperatura e humidade e a movimentos mecânicos (mesmo apesar do mecanismo de controlo ambiental estar em funcionamento). A humidade tem influência na deterioração da madeira tendo a ver com a perda e ganho daquela, de acordo com as variações de humidade relativa do meio ambiente, que provocam movimentos de dilatação e contração, o que influencia a resistência mecânica da madeira devido ao aparecimento de deformações, fendas, fissuras, empenamentos, etc. Da mesma forma, qualquer força mecânica excessiva, quer seja de compressão ou de tração, aplicada a uma objeto de madeira, pode causar fendas, fissuras, torções, empenamentos, etc., que afeta a durabilidade da madeira.

Foi observada deterioração resultante da ação patente de insetos xilófagos. Pode afirmar-se que este se encontra ativo porque ao observar os objetos infestados deparou-se com a existência de serrim. O serrim apresenta-se mais claro dado que ainda não oxidou ao contrário do suporte. Por consequência da ação dos insetos xilófagos os objetos apresentam lacunas, nomeadamente pequenos orifícios circulares, denominados por galerias. Este tipo de alteração torna o suporte descoeso e propício ao aparecimento de fendas e fissuras. Os insetos danificam as estruturas lenhosas em todas as latitudes, para além de as utilizarem como fonte de nutrição, utilizam-na ainda como refúgio e como lugar para deposição de ovos. As condições favoráveis para o desenvolvimento de micro e macro organismos são: um teor de humidade superior a 65%, temperatura relativamente elevada e constante, superior a 15-18%, a presença de oxigénio e sendo a madeira um material orgânico constitui uma fonte de nutriente para estes organismos.



*Figura 18 - Observação dos orifícios denominados de galerias em objetos de madeira
(Fonte: Imagem da autora)*

Foi ainda verificado produtos de corrosão (“ferrugem”), resultantes da oxidação de alguns objetos de metal.

A seguir é importante abordar e explicar o que é a conservação preventiva. A conservação preventiva engloba operações de conservação, agindo direta ou indiretamente sobre os bens culturais, que se ocupam de aplicar todos os meios possíveis, para garantir a sua correta conservação e manutenção e visa prevenir ou retardar o inevitável processo de degradação e de envelhecimento desses mesmos bens (Camacho e IMC, 2007).

Ela tem um papel fundamental na manutenção da estabilidade material dos objetos e deve ser uma das prioridades das atividades de um museu. A prática continuada e correta de um plano de conservação preventiva assegura a estabilidade das coleções tornando assim possível o seu estudo, divulgação e exposição. A conservação preventiva baseia-se, principalmente, na avaliação de riscos e em medidas de gestão patrimonial com o objetivo fulcral de prever e minimizar perdas e danos. Mas infelizmente está-se ainda longe de verificar a sua plena aplicabilidade nas instituições museológicas portuguesas, por ser, entre outros motivos, uma atividade que não oferece resultados imediatos, muitas vezes não tem sequer visibilidade e por vezes é pouco apelativa para atrair recursos humanos e financeiros.

No que diz respeito ao Museu Convento dos Lóios, o museu e as suas coleções são supervisionadas pelo técnico responsável pela conservação e restauro. A reserva, onde se localizam os objetos da coleção do ofício do ferreiro e os objetos que foram intervencionados, está equipada de um mecanismo para controlar as condições ambientais, no entanto devido às

grandes dimensões da reserva foram observadas as patologias acima mencionadas.

É fundamental fazerem-se periodicamente a manutenção dos equipamentos de segurança, a monitorização e controlo ambiental e biológicos, a manutenção de equipamentos técnicos, dos materiais, equipamentos expositivos e de reserva (para acondicionar e armazenar de forma correta os bens culturais), manter a organização dos espaços, fazer-se periodicamente a limpeza de espaços, equipamentos e acervo, tomar as medidas de segurança aquando da circulação de bens culturais, formarem-se recursos humanos para agirem de forma correta nos bens culturais e nos espaços expositivos (Camacho e IMC, 2007).

Tendo em consideração o estado dos materiais já descrito, procedeu-se a um conjunto de intervenções, a saber:

- Limpeza mecânica superficial

A limpeza é o primeiro passo que deve ser feito numa intervenção de conservação e restauro, a fim de remover a sujidade que causa ou poderá causar dano no material original. A limpeza é sempre uma operação delicada e irreversível. Este procedimento consiste na remoção de pó e outras partículas sólidas depositadas na superfície. Essa sujidade é inestética e impede a penetração de outros produtos utilizados nas fases seguintes. A ação de limpeza compreende igualmente um compromisso entre a eficiência (quantidade de sujidade removida) e os danos provocados. Neste sentido, a seleção do processo de limpeza – por via mecânica ou húmida – deve ser devidamente ponderada.

Foram utilizados pincéis, trinchas de cerda macia, bisturi e no caso dos metais lã de aço, e também o aspirador.

Foi igualmente realizada a limpeza superficial não só a todos os objetos etnográficos armazenados e acondicionados na reserva, bem como aos armários e às respetivas prateleiras.



Figura 19 - Antes e depois de intervenções de limpeza (Fonte: Imagem da autora)

- Desinfestação e desinfeção

O desenvolvimento dos agentes de biodeterioração processa-se quando as condições de humidade, temperatura são ideais e quando há presença de oxigénio e matéria orgânica significativas. Os agentes de biodeterioração alimentam-se da matéria orgânica afetando a resistência dos materiais e o seu aspeto. Torna-se então necessário a eliminação destes agentes através da desinfestação. Este tratamento também tem carácter preventivo, na medida que a solução de desinfestante é também imunizadora. Este tipo de intervenção tem durabilidade limitada, por isso as peças deverão ser supervisionadas periodicamente.

Este tratamento foi realizado sempre após uma limpeza manual superficial, pelos motivos explicados anteriormente.

O método utilizado foi a impregnação de líquidos. O desinfestante usado foi o xylophene®, cujo princípio ativo é a permetrina (agente bastericista, fungicida e inseticida). Aplicou-se com trincha e seringa, aproveitando aberturas, fendas e fissuras, visando a completa saturação da madeira (notando-se pelo produto que se acumula à superfície, sendo rejeitado ou quando deixa de haver bolhas de ar à superfície, sinal de que o ar contido no interior foi substituído pelo líquido). Procedeu-se de forma cuidadosa e houve uma observação e acompanhamento periódico.

A este nível, foram intervencionados os seguintes objetos: cestas e gigas (6), alfaias agrícolas (14), restilhos de teares (2), tamancos (10), formas de sapatos (27), escovas (4) e outros utensílios relacionados com o sapateiro (9), maço de tanoeiro (1), ferro de soldar (1), maço e fuso utilizados no tratamento do linho (2), serrotes (3), martelos (2), plainas (15), enxó (1), sedeiro (1), bancada de ferreiro (1), tarara (1), o que perfaz um total de 100 peças desinfestadas.

A limpeza do avental de couro foi feita com trinchas e o aspirador, e a sua desinfeção foi feita com álcool embebido no cotonete.

Foram aplicadas as medidas de segurança e proteção: o trabalho foi executado num local apropriado; e o uso de máscara com filtros apropriados, luvas de látex, óculos de proteção e bata.



Figura 20 - Intervenções de desinfestação/desinfecção (Fonte: Imagem da autora)

4. O OFÍCIO DE FERREIRO EM SANTA MARIA DA FEIRA

4.1. SANTA MARIA DA FEIRA



Figura 21 - Vista aérea de Santa Maria da Feira (Fonte: <http://portugalfotografiaaerea.blogspot.pt/2013/03/santa-maria-da-feira.html>)

Santa Maria da Feira é uma cidade portuguesa pertencente à Área Metropolitana do Porto, no distrito de Aveiro. É sede de um município com 213,45 km² de área e 139 312 habitantes de acordo com os censos de 2011. O município é limitado a norte por Vila Nova de Gaia e Gondomar, a leste por Arouca, a sueste por Oliveira de Azeméis e São João da Madeira, a sul e a oeste por Ovar e a oeste por Espinho (como se pode ver na figura 21). O município de Santa Maria da Feira, para além da cidade sede (Santa Maria da Feira), inclui duas cidades (Fiães e Lourosa) e 12 vilas (Argoncilhe, Arrifana, Canedo, Lobão, Mozelos, Nogueira da Regedoura, Paços de Brandão, Rio Meão, Santa Maria de Lamas, São João de Ver, São Paio de Oleiros e Souto) (Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, 2009).



Figura 22 - Limites e freguesias do concelho de Santa Maria da Feira (Fonte: em <https://www.visitarportugal.pt/distritos/d-aveiro/c-santa-maria-feira>)

É um território central, próximo ao Douro e ao mar, que cruza com vias comerciais importantíssimas, uma marítima e fluvial e outras terrestres.

Devido ao seu posicionamento geográfico (os seus limites naturais são o rio Arela a leste, as serras que separam a zona litoral da zona nortenha e do interior - as serras da Freira e de Arada - e a sul o rio Vouga) a Terra de Santa Maria foi uma região de local de encontro e de passagem de muitos povos. O seu povoamento é já muito antigo, como o testemunham os vários monumentos funerários (mamoas), que remontam ao IV-V milénio a.c., assim como os castros (povoações fortificadas) pré-romanos ou romanizados situados em Romariz e em Fiães. As vias romanas estão também presentes, através de vários troços de vias e pontes dessa época. São exemplos as vias romanas que ligavam Lisboa a Braga (marco milenário encontrado na antiga freguesia de Ul) e o Porto a Viseu. Estas vias de comunicação continuaram a ser utilizadas durante toda a Idade Média e até ao século passado (Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, 2009).

A Idade Média deixou ainda, vários testemunhos de arquitetura militar, como é o caso do castelo medieval para vigiar a antiga estrada que liga o Porto a Coimbra. Esta estrada ligava dois polos políticos, comerciais e religiosos muito importantes da época. Este monumento tornou-se o verdadeiro emblema da Vila da Feira, e foi construído no início do século XI: “Velinha, de

milénio. Relíquia do passado. No seu seio sente-se o aroma de ruínas e de mistério. Ambiente de convento, de quietude e de bonança. Senhor arrogante, o castelo, vigia diligente, sempre alerta, cioso do seu posto. Guarda de honra da vila. Seu padrão de orgulho” (Sousa, 1947, p. 8).

Foi precisamente nas terras à volta do castelo que se formou uma povoação, acabando por surgir aí um importante polo socioeconómico por via das atividades agrícolas e do comércio de vários produtos. Junto ao castelo realizava-se uma grande feira, sob a invocação da Virgem Maria onde se vendiam produtos agrícolas, alfaias, têxteis, entre outros bens necessários à vivência da população. Esta feira tornou-se numa importante manifestação religiosa, cultural e social. O nome “Terras de Santa Maria”, dada no século IX por D. Afonso III de Leão e Astúrias, reforça o pressuposto de uma afirmação de fé católica e pretende invocar a proteção divina sobre estas terras que se encontravam em guerra com os mouros (Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, 2009). D. Afonso III criou então esta região administrativa e centrou a sua defesa numa fortaleza militar ali existente, a *Civitas Sanctae Mariae* (Guimarães, 2008). As “Terras de Santa Maria” compreendiam os atuais concelhos de Albergaria-a-Velha, Arouca, Castelo de Paiva, Espinho, Estarreja, Gondomar, Murtosa, Oliveira de Azeméis, Ovar, S. João da Madeira, Santa Maria da Feira, Sever do Vouga, Vale de Cambra e Vila Nova de Gaia (Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, 2009).

Mas o nome “feira” surgiu pela primeira vez, em 1117, num documento, assinado por D. Teresa “in terra sancte marie ubi vocant feira”, bem como noutros escritos do início de 1120, quando D. Teresa se alojou no castelo de Santa Maria (Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, s.d.). Como consequência das reformas manuelinas, esta terra terá recebido o novo foral¹⁵ em 1514, concedido por D. Manuel I.

¹⁵ Há quem pense ter existido um “foral velho”. O professor Francisco Ribeiro da Silva (1991) da Faculdade de Letras do Porto, numa excelente análise crítica que fez ao texto do foral de 1514, defende a existência de um foral mais antigo, que terá dado origem a este Foral Manuelino.

Durante séculos a localidade foi referida como “Vila da Feira” ou “Terras de Santa Maria”, até ao dia 14 de agosto de 1985, quando a vila foi elevada à categoria de cidade e a designação oficial passou a ser a de Santa Maria da Feira.

Esta terra sempre foi fértil e permitiu boas culturas agrícolas, bons cereais, vinhos, e fruta, pastagens para o gado e outros produtos recolhidos da terra e da natureza. Segundo os autores Nogueira Gonçalves e Pedro Dias, Santa Maria da Feira sempre teria sido uma região em que a agricultura representava “um grande peso na riqueza concelhia, rica e variada e que absorve grande parte da mão-de-obra disponível” (1979, p. 6). A criação de gado era outra atividade fundamental da economia local. A produção de animais domésticos como galináceos, porcos e a caça de javalis, coelhos, lebres e perdizes, desempenhavam um lugar fundamental na alimentação das famílias. A pesca nos rios, nos ribeiros e no mar, era igualmente importante.

A exploração do setor primário proporcionou o desenvolvimento das indústrias locais, que se encontram distribuídas pelas freguesias do concelho. Ainda segundo Nogueira Gonçalves e Pedro Dias (1979) a serralharia seria talvez a mais antiga. As manufaturas de cortiça, que se instalaram em Lourosa, Santa Maria de Lamas e Paços de Brandão, ainda hoje são uma das principais indústrias transformadoras desta região. Também a indústria transformadora do papel, principalmente em Paços de Brandão foi, a partir do século XVIII, um vetor determinante na economia. Hoje podemos visitar em Paços de Brandão o Museu do Papel. Surgiram depois as indústrias do calçado, dos abrasivos, das ferragens, dos brinquedos, da madeira, dos laticínios, das carroçarias, do fabrico de máquinas e de equipamentos industriais. Este desenvolvimento industrial atraiu cada vez mais gente ao concelho. Atualmente a indústria continua a evoluir um pouco por todo o concelho. Não obstante, Santa Maria da Feira ainda tem origens rurais, visto que a agricultura, predominantemente de subsistência, se mantém como atividade relevante, especialmente nas freguesias do interior.

Hoje em dia o município tem apostado no desenvolvimento do setor terciário, a nível do comércio, turismo e serviços. Tem valorizado o Europarque - Centro Ibérico de Congressos e de Atividades Culturais -, e promovido uma série de eventos anuais, destacando-se a Festa das Fogaceiras,

os Imaginários, a Viagem Medieval e o parque temático infantil Perlim, eventos estes que têm atraído cada vez mais visitantes ao concelho.

Pode dizer-se que o município apresenta uma forte dinâmica sociocultural devido à existência de muitas associações culturais. São mais de 220 as associações culturais de Santa Maria da Feira, entre as quais estão presentes associações cívicas, associações culturais e folclóricas, associações desportivas e recreativas, etc. Esta expressividade de associações levou à criação de uma entidade denominada FECOFEIRA – Federação das Coletividades de Santa Maria da Feira, entidade sem fins lucrativos, responsável pelo agrupamento, representação e apoio formativo e administrativo das associações de cultura e recreio do município.

4.2. SANTA MARIA DE FIÃES



Figura 23 - Postal do início do século XX. Fonte da Costa em Fiães. (Fonte: <https://www.delcampe.net>)

Fiães é uma cidade e freguesia do concelho de Santa Maria da Feira, com 6,58 km² de área e 7 991 habitantes (Censos, 2011) e situa-se a norte do concelho de Santa Maria da Feira. Passou a ser vila em 1985 e foi elevada à categoria de cidade em 2001 (Junta de Freguesia de Fiães, 2013).

A cidade de Fiães é atravessada pelo rio Lima, afluente do Douro, e pelo rio Gualtar ou Zulelas, a que o povo chama rio “às avessas”, devido ao facto de este correr de poente para nascente, em direcção ao Ulma, onde desagua.

As origens de Santa Maria de Fiães são remotas. O Padre Manuel F. de Sá (1939-1940) defende que o nome «Fiães» advém da antiga Ulfilanis Villa (quinta ou propriedade de um indivíduo chamado Ulfila), no período de ocupação visigótica. Assim, a povoação Ulfilanis passou mais tarde a chamar-se Ufilanis, passando para Ufiães, que viria a dar origem ao nome atual. Os achados arqueológicos do Castro de Fiães são provas precisas das origens antigas deste local.

Este lugar também conhecido por Monte Redondo ou Monte de Santa Maria, pela sua topografia local, oferece condições naturais defensivas que o levaram a ter sido escolhido para implementação de uma povoação castreja (Almeida & Santos, 1971). Muitos arqueólogos localizam nesse monte a estação lusitano-romana de Langóbriga, na estrada de Lisboa a Braga, do Itinerário chamado Antonino Pio (Sá, 1939-1940). Foram realizadas escavações arqueológicas e diversos estudos de grande interesse sobre o Castro de Fiães ao longo dos anos. Já em 1758, as informações paroquiais faziam referência ao imenso espólio arqueológico encontrado neste local. Mas infelizmente atualmente o castro encontra-se maioritariamente destruído devido ao abandono e ao crescimento/ evolução dos finais do século XX, encontrando-se perdido algum espólio arqueológico.

Fiães foi das primeiras freguesias do município de Santa Maria da Feira (e da região) a possuir rede pública de distribuição de energia elétrica (1931) e de telefone (1932) (Junta de Freguesia de Fiães, 2013). Segundo o Padre Manuel F. de Sá (1939-1940) a agricultura era a maior fonte de receita do povo de Fiães no final da década de 30. Atualmente o sector primário desempenha uma função secundária na vida económica local, sendo praticamente inexistente. Em compensação, o sector secundário ocupa uma função primordial na economia local. As principais indústrias geradoras de emprego

são: a corticeira, a química, a de calçado e de cerâmica (Junta de Freguesia de Fiães, 2013).

4.3. O OFÍCIO DO FERREIRO



Figura 24 - Habit de Serrurier, gravura de Nicolas de Larmessin II, 1695 (Fonte: <http://www.britishmuseum.org/>)

A profissão de ferreiro era exclusivamente masculina. Era tida como uma atividade indispensável e de grande prestígio nas aldeias. O ferreiro fabricava utensílios em ferro, e tinha grande importância na agricultura e no mundo rural em geral pois moldava o metal que era aplicado no fabrico dos instrumentos e alfaias usados nas diferentes atividades agrícolas, em complemento da atividade do carpinteiro ou do abegão. Podia também acumular o trabalho com o ferrador, ferrando as bestas. Ou podia especializar-se no fabrico de cravos (pregos) para as ferraduras, tornando-se um craveiro.

A técnica de trabalhar o ferro manteve-se segundo processos tradicionais recolhidos e transmitidos ao longo dos séculos. Na maior parte das vezes era legada de pais para filhos.

A forja pode ser entendida como sendo a oficina de ferreiro, a fornalha ou o conjunto dos utensílios utilizados pelo ferreiro. O ferro posto na forja (fornalha) para ser aquecido era, depois, malhado/martelado na bigorna com os martelos ou marretas, torcido com as tenazes e, por fim, temperado em líquido. As têmperas são o método utilizado para conferir maior resistência e rigidez aos metais, especialmente o aço, mergulhando-os, no estado incandescente, numa superfície líquida, especialmente água (Tapadejo, 2011). Os ferreiros trabalhavam, moldavam e soldavam o ferro, o aço e ainda outros metais como o ferro fundido, o latão, o cobre e ainda algumas ligas fundidas como o alumínio ou o antimónio (Tapadejo, 2011).

A forja era inicialmente aquecida a carvão, mantendo-se quente por um fole, para soprar o ar. Depois surgiu a forja que empregava o gás para criar a chama que aquecia o metal a ser forjado.

As oficinas, também denominadas de tendas, onde se localizavam então a forja e o fole, com as respetivas bigornas, também eram compostas pela pia em granito, que servia para pôr de molho o carvão em pedra, os bidões para as têmperas e o engenho de furar, de volante e manivela. As oficinas também tinham as bancadas de trabalho com as respetivas ferramentas e utensílios e os tornos. E ainda eram equipadas com o equipamento de soldadura a autogéneo com a botija de oxigénio e o gerador que produzia o acetileno (Tapadejo, 2011).

Como já mencionado, o ferreiro dedicava-se ao conserto, ao aguço, ao amolar das peças de corte, produzindo ferramentas não só para a lavoura mas também para pedreiros, mineiros. Fabricava charruas, ferraduras, balanças, foices, ferros de arado, forquilhas, picaretas, piques, enxadas, cavadeiras, sachos, pás, objetos para as lareiras, tenazes, trempes, grelhas, lavatórios, camas, ferrolhos, aldrabas, fusos, entre outros. Era por esta razão que alguns ferreiros também trabalhavam em feiras e mercados.

O trabalho de ferreiro era feito de acordo com ciclo da lavoura. No outono e inverno amanhavam-se as alfaias para a preparação da terra e para as sementeiras (sobretudo arados e charruas). No final do verão e até à primavera fabricavam-se as foices para as colheitas.

No início do século XX em Portugal as atividades agrícolas ainda constituíam praticamente, com a pesca e o pastoreio, as formas únicas da vida do povo. Essas atividades consistiam essencialmente no cultivo dos principais cereais produzidos e consumidos pelo povo, isto é o milho, o trigo e o centeio, e que influenciaram a paisagem rural e o modo de vida campesina portuguesa. Para além destas culturas, ainda se desenvolveram as culturas arvenses, do vinho, do azeite, da silvicultura (cortiça, etc), fruteiras e uma horticultura em pequena escala para consumo caseiro e local (Oliveira, Galhano e Pereira, 1995).

Nas décadas de 50 e 70 do século XX, por todo o país, deu-se uma diminuição da população ligada às atividades agrícolas, conduzindo assim, a um desaparecimento acelerado de costumes, práticas, tradições, isto é, de um modo de vida secular de uma sociedade agrária que tinha permanecido praticamente inalterado até então. O concelho de Santa Maria da Feira não fugiu a esta tendência, verificando-se também um acentuado decréscimo da população no setor primário, passando de cerca de 75% da população ativa em 1890, para 15,8% nos anos 60 do século XX (Centeno & Oliveira, 2008).



Figura 25 - Dois espigueiros, símbolo da ruralidade outrora vivida no concelho junto ao solar dos Conde de Fijô, sede da associação cultural Centro de Cultura e Recreio do Orfeão da Feira (Fonte: <https://www.facebook.com/GDCROF/>)

Em 1801 existiam no concelho da Feira 31 ferreiros e 4 ferradores. As aldeias com mais expressão deste ofício eram a vila da Feira, Esmoriz e Souto (tabela 1).

Tabela 1 – População da Villa da Feira em 1801 (Fonte: Amorim, 1994, p. 269)

Dist. a	Terras	Fogos	Almas	Homens	Mulheres	Seculares	Regulares	Pessoas Literarias	Negociantes	Lavradores	Jornaleiros	Cirurgiões	Barbeiros	Alfaiteis	Sapateiros	Carpinteiros	Boticarios	Padeiros	Moleiros	Serradores	Tamanqueiros	Sarrolheiros	Ferreiros	Ferradores	Pedreiros	Tanociros	Canasteiros	Marinheiros	Almocreves
villa	Villa	364	1322	617	705	6	11	9	9	73	30	1	4	12	12	5	2	4	3	4	3	1	3	2					
2	Anta	233	989	508	481	3				21	8	1	4	1	2	1			1	4					5	3			
1	Arada	211	1096	553	543	1				113	10	1	8		3				3	4		1	3	4		1	3	24	
2	Canedo	458	1553	753	800	6			3	51	8	1	3	2	2								1			20	1		
1	Duas Igrejas	40	151	70	81	1				17		1													3		6		
/	Escapaes	83	369	173	196	2			1	37				1	2	1					1						12		
1	Esmoriz	223	884	420	464	2				110	10			13	2	5		5		7	1		3		5	58			
/	Espargo	71	284	159	125	3				29				1	3				2	1					3		5		
1/	Fiaes	227	1075	541	534	2			3	112	8	3		5	2	6			2		20		2		5	12			
/	Fornos	104	386	197	189	7			2	51				4		3									2	19			
1/	Giao	98	395	196	199	4			1	50		1	2	2	4			2							1	3			
2	Guizande	86	286	131	155	2				42		1	6		2											12	2		
1	Lamas	79	403	191	212	2			1	41			4		11					4	2				2	3		2	
3	Lever	128	401	148	253	1				47					4										2	3	10		
1/	Lobao	347	1002	480	522	3				125		1	8	1	5				2				2		7		10	3	
1	Lourosa	203	901	440	461	6			4	81		1	11	4	13		11		1				2		2	5	1		
1	Maceda	191	884	432	452	4				160		1	4		3			2							5				
1	Milheiros	146	620	287	333	7				47	2	1	11	5	7						3				1	1			
/	Mosteiro	106	332	195	137	1				36		1	3		2							1		1	20	3			
2	Mosellos	132	797	399	398	2				53	4		5	3	7	1			1	2	2		1	1	16	1	4	2	
2/	Nogueira da Regedoura	134	647	333	314	1				46				5	2								1		21	2			
2/	Oleiros	105	382	190	192	1			1	27			4	1	2				2	13					3				
1/	Paramos	120	497	229	268	1				51	14			5	3				1				1		1	9			
1	Passos de Brandao	81	302	135	167	2			1	37					1				3	3			1		3				
1	Pigeiros	90	391	189	202	2				31		1	1	1	6				1				2		3				
1	Riomeao	106	474	244	230	1				85			1		1										2		2		
1/	Romaris	264	1180	529	651	3			2	106	10	1	13	4	11						6		1		12	21			
2	Sta Maria do Valle	232	850	404	446	2			1	111	10		6		3		1					1	1	1	1	17			
/4	Sanfins	83	350	153	197	2				21		2	3	2	1						2					7			
1	S. Jorge	105	473	230	243	2			1	52		1	1						2				2		4	11	6		
2	Sanguedo	134	631	302	329	2				59	14		5	3	7				4		7		2	1	4	13	2		
2	Silvalde	162	535	266	269	4				75		1	4		5					4					7	6			
/	S. Joao de Ver	212	1021	493	528	2				103	10	1	4		7				3	12	1				2	1			
2/	S. Mart. de Argoncile	334	1345	628	717	2			1	129	12		8	1	1										21	4	8	2	
/	Souto	234	887	422	465	1				131	10		4		8						4		3		3	2			
2	S. Vicente de Louredo	186	695	330	365	3			1	79	8	1	1		3						1				4	26			
/	Travanca	128	669	318	351	1				4			5	2	1				1	2	1				2	1		1	
	Villa Maior	94	468	238	230					43			1	2	5						2				2	12			
	Somma	6196	25927	12523	13404	97	11	10	31	2382	172	21	6	175	51	157	4	23	33	89	47	2	31	4	166	99	220	49	27

Devido a essas profundas transformações sociais, tecnológicas e produtivas, as tecnologias tradicionais foram sendo substituídas por tecnologias industriais, produzidas fora da comunidade rural. Consequentemente as atividades complementares às atividades agrícolas foram desaparecendo. O trabalho do ferreiro agrícola já não fazia sentido e não se justificava, e por isso muitos ferreiros abandonaram o seu ofício. Aqueles que persistiram, e ainda persistem, vêm-se confrontados com as novas tecnologias e transformações, e por isso, tiveram que reformular e reinterpretar as suas técnicas e a sua produção. Dedicaram-se à serralharia artística, reinventando e inventando novos produtos, desenvolveram o ferro forjado, que era usado como elemento decorativo na construção civil, como gradeamentos, janelas, portões, portas, corrimões, varandas, etc, que levou a uma revitalização por parte dos artesãos.

4.4. TRABALHO DE CAMPO ETNOGRÁFICO

4.4.1. Metodologias adotadas

No que concerne à recolha de dados, realizei uma aproximação ao trabalho de campo etnográfico, devido à falta de experiência com esta metodologia, mas também à sua curta duração e reduzida amplitude do estudo visto ter recorrido apenas dois informantes. Deste modo, socorri-me das técnicas da entrevista informal e da observação direta.

A entrevista etnográfica envolveu um exercício de olhar e escutar atentamente os informantes, de forma a extrair o máximo de dados e informações que possibilitassem um trabalho final mais rico. Ribeiro (2008, citado por Júnior & Júnior, 2011, p. 239) considera a entrevista:

A técnica mais pertinente quando o pesquisador quer obter informações a respeito do seu objeto, que permitam conhecer sobre atitudes, sentimentos e valores subjacentes ao comportamento, o que significa que se pode ir além das descrições das ações, incorporando novas fontes para a interpretação dos resultados pelos próprios entrevistadores.

Este tipo de entrevista ao estilo de uma conversa informal teve como foco um tema bem específico, o ofício do ferreiro, e permitiu aos informantes falarem livremente sobre este tema, com o objetivo de explorar as suas experiências e partilharem as memórias que têm deste ofício. Foram realizados quatro entrevistas a dois ferreiros que já abandonaram este ofício.

Esta metodologia, da observação direta e da entrevista informal, foi utilizada em conjunto com outro método de recolha de dados, o registo fotográfico, que permitiu captar a comunicação não-verbal dos informantes, tão importante quanto o seu discurso oral. O sucesso das entrevistas dependeu fundamentalmente do nível de relação pessoal que se estabeleceu entre o pesquisador e informante. Criou-se desde logo uma cumplicidade muito natural. Os informantes mostraram-se disponíveis e entusiasmados com esta ideia de partilharem os seus saberes. Eles sentiram-se valorizados e incluídos, porque de facto, sentiram que representaram um ofício fundamental na sociedade de outros tempos. Através destas entrevistas eles foram os protagonistas das suas histórias, afirmando um sentimento de utilidade, ajuda e pertença à comunidade.

A elaboração do guião foi fundamental para a preparação da entrevista, por um lado, para a sua condução, por outro, garantindo que os tópicos mais relevantes pré-selecionados para as conversas eram abordados, dado o carácter fluido das entrevistas, e, por fim, para a própria análise dos dados recolhidos (cf. apêndice A).

4.4.2. Trabalho de campo

Informante 1 – Ângelo Alves Ribeiro

Reside atualmente em Casal do Monte, Fiães. Tem duas alcunhas: “Ângelo Teles”, alcunha que herdou de seu pai que tinha o nome de Teles, e “ferro e aço”. Nasceu em 7 de janeiro de 1934 em Fiães. No total eram nove irmãos. Casou aos 29 anos e tem dois filhos. Fez a quarta classe nos Bombeiros em Santa Maria da Feira. Foi dispensado da tropa. Integrou o grupo de teatro de Fiães. O futebol faz parte dos seus passatempos, tendo feito parte da direção do Fiães Sport Clube. Associou-se à política e foi candidato à Junta de Freguesia de Fiães. Passou férias em Portimão durante muitos anos, viajou por França, Açores e Madeira. Ângelo Ribeiro sempre foi um cidadão muito ativo. O facto de ter sido negociante e empreendedor fez com que tivesse este percurso de vida tão preenchido.



Figura 26 - Ângelo Alves Ribeiro na sua antiga oficina (Fonte: elaborada pela autora)

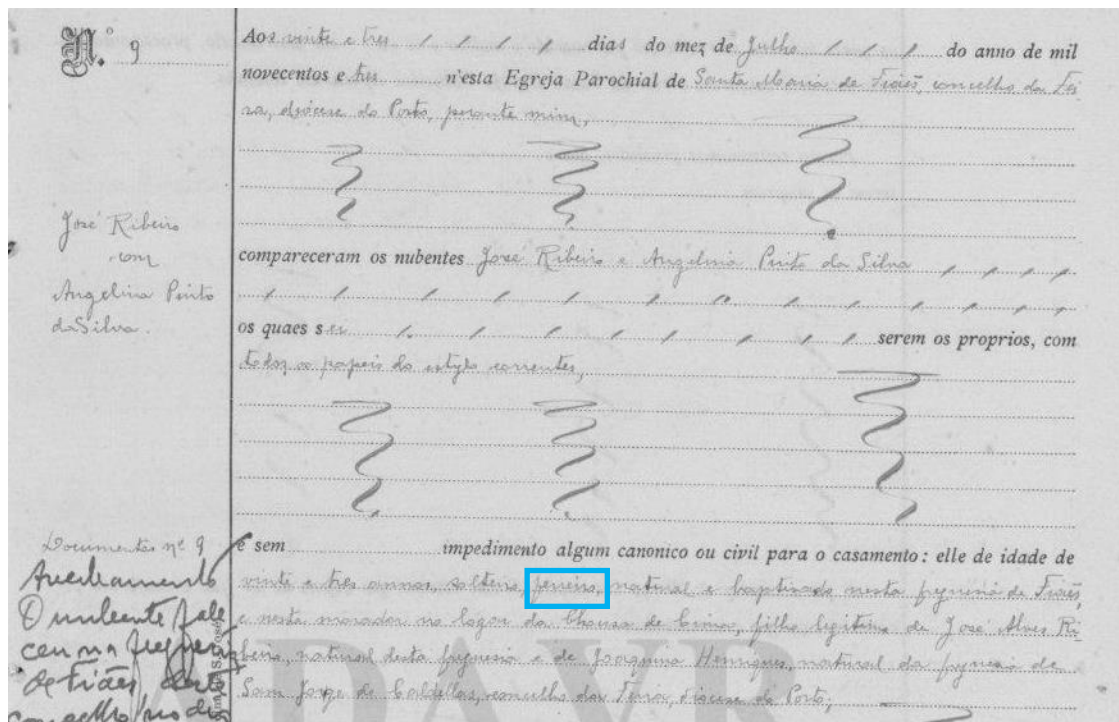


Figura 27 - Excerto do registo de casamento, de José Ribeiro, avô de Ângelo Alves Ribeiro, que data de 1903 (Fonte: <https://tombo.pt/f/vfr07>)

O avô e o pai foram ferreiros. Foi o único filho que seguiu este ofício. Começou a aprender com o pai aos 12 anos e iniciou-se na profissão aos 14 anos. O avô, José Ribeiro, teve uma oficina e já naquele tempo tinha 4 empregados. Quando o avô faleceu, Ângelo Ribeiro teria por volta dos 15 anos. O pai também teve uma oficina onde chegaram a trabalhar 6 empregados no total. Segundo Ângelo Ribeiro, o próprio trabalhou muito junto do pai, e recorda-se de ferrar e fazer brocas à mão. Nessa altura comprava o ferro a 30 escudos o quilograma no sucateiro Soares da Costa (retalhos de ferro).

Aprendeu através da via oral, experiência e observação direta. O pai dizia muitas vezes “vamos ver para aprender” à procura de novas técnicas a fim de inovar a oficina. Já nessa altura viajava até Espanha em trabalho. Tal como o avô, vendeu, juntamente com o pai, nas feiras de Santo Ovídio (anual) e Carvalhos (semanal), em Vila Nova de Gaia. Estas feiras realizavam-se às segundas-feiras e quartas-feiras. Das primeiras vezes foram de autocarro, carregavam as gigas às costas cheias de ferramentas. Depois passaram a

deslocar-se de carro, após Ângelo Ribeiro ter tirado a carta de condução aos 23 anos.

Na década de 1970, Ângelo Ribeiro fundou a sua própria empresa em Fiães. Nessa altura deixou de utilizar o fole e criou um forno a gás. Teve a primeira máquina de soldar de Fiães. Fabricou ferramentas agrícolas e para a construção civil: ferramentas de corte, marretas, machados, enxadas, sachos, forquilhas de 4 e 6 dentes, tesouras de poda, foicinhas, etc. Produziu para feirantes, comerciantes, fábricas e grémios. Também produzia facas para um matadouro de Vila Nova de Gaia. A produção das ferramentas agrícolas dependia do calendário anual da lavoura. Aprendeu a picar foicinhas e a fazer ferramentas para canhotos. A tipologia das ferramentas agrícolas dependia das zonas geográficas, eram feitas de determinada maneira segundo a região, o clima, etc. Na sua oficina chegou a ter oito trabalhadores, entre os quais soldadores, pintores (a banho) e forjadores.

Nas três oficinas em que trabalhou (do avô, do pai e do próprio) sempre houve aprendizes, alguns deles hoje são donos de metalúrgicas/serralharias sediadas no concelho de Santa Maria da Feira.



Figura 28 - Espaços da oficina de Ângelo Ribeiro agora abandonada (Fonte: Imagem da autora)

Ângelo Ribeiro referiu que sempre trabalhou muito, procurando a inovação do ofício, modernizando-se. Tem por hábito dizer “ quem não pratica não é mestre”.

Abandonou este ofício há cerca de 10 anos.

Informante 2 – Sílvio Gomes da Silva

Reside atualmente na Póvoa, Macinhata do Vouga. Tem uma alcunha: “Sílvio Ferreiro” alcunha que herdou devido ao seu ofício. Nasceu em 24 de novembro de 1930 em Macinhata do Vouga. Casou com Maria Albertina da Costa e Silva, de alcunha “Ferreira”, porque o seu pai era ferreiro. Têm dois filhos. Fez a quarta classe em Águeda, já em adulto.



Figura 29 - Sílvio Gomes da Silva na sua moradia (Fonte: elaborada pela autora)

Iniciou-se na profissão aos 14 anos e aprendeu com o que viria a ser o seu sogro, António Ferreira da Silva. Foi na oficina que conheceu a sua mulher. António da Silva trabalhava na Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, como ferreiro nas oficinas de Sernada do Vouga. Acumulava esta situação com, o exercício privado do ofício de ferreiro, na sua oficina, onde também acolhia jovens aprendizes. Um deles foi Sílvio da Silva.

No início Sílvio da Silva ia só durante a noite. Mais tarde, passou a trabalhar na oficina também durante o dia. Nessa altura, na oficina calçavam enxadas, fabricavam e arrojavam alviões, faziam machados, etc. Segundo Sílvio “era duro” e “trabalhavam duro”. Nunca fizeram feiras, porque não havia feiras nas proximidades, onde se pudessem vender estes utensílios.

O sogro transferiu o negócio e a oficina para Sílvio da Silva. Modernizou e melhorou a oficina adquirindo várias máquinas como, uma máquina de furar coluna, rebarbadoras, um aparelho de soldadura, máquina de soldar por fio, máquina de soldar por pontos.

Mais tarde desenvolveu a arte da serralharia e fabricou portões, gradeamentos, ramadas para videiras, etc. Dedicou-se ainda ao fabrico de sachadores, semeadores, arrendedores, primeiro a tração animal e depois mecânicos, para uso agrícola. Nessa altura chegou a ter três empregados na oficina.

Encerrou sua oficina em 2005. Nessa altura já não tinha empregados. Desde dessa data que não voltou a fazer trabalhos na oficina.



Figura 30 - Sachador e semeador a tração animal fabricados na oficina de Sílvio da Silva (Fonte: elaborada pela autora)

Fazendo uma análise comparativa dos dois informantes, verifica-se que têm percursos profissionais semelhantes. Ambos iniciaram o ofício enquanto adolescentes e foram aprendizes numa oficina tradicional. A diferença é que Ângelo Ribeiro aprendeu o ofício com o seu avô e o seu pai e, Sílvio da Silva aprendeu com o sogro. Os dois começaram por produzir alfaias agrícolas e mais tarde desenvolveram a serralharia. Ângelo Ribeiro frequentou algumas feiras, algo que Sílvio da Silva nunca fez.

Os dois herdaram os negócios e as oficinas, que modernizaram com novas tecnologias e equipamentos. Os dois construíram habitação própria e conseguiram oferecer a todos os filhos uma formação superior, feitos que têm imensa satisfação em partilhar.

No discurso dos dois nota-se que têm orgulho em ter sido ferreiros, ofício que desenvolveram durante toda as suas vidas profissionais, e recordam com alguma saudade, mesmo afirmando por várias vezes durante as entrevistas, que foi um trabalho muito duro e que sempre se esforçaram imenso por fazer o melhor possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a Convenção de 2003, apresentada e discutida anteriormente, o ofício do ferreiro enquadra-se na tipologia aptidões ligadas ao artesanato tradicional. As memórias e as experiências vividas pelos ferreiros também elas fazem parte do Património Cultural Imaterial que representa diretamente este ofício.

Devido principalmente à mecanização e industrialização do mundo rural, este ofício foi-se perdendo, bem como as expressões, tradições inerentes ao mesmo, como tive oportunidade de apresentar ao longo do trabalho, e isso torna esta pesquisa ainda mais revelante. De facto o Património Cultural Imaterial é importante no quotidiano e é um elemento fundamental para a nossa identidade. Pelo facto do ofício do ferreiro estar a desaparecer, é fundamental salvaguardar estas tradições, saberes e práticas, não no sentido de “congelar”, mas sim mantê-las “vivas”, através do registo das memórias, saberes e experiências, pela voz de quem exerceu este ofício, de modo a transmitir estes valores às gerações futuras.

O objetivo principal deste estágio foi, portanto, o estudo da coleção do ofício do ferreiro. A coleção está armazenada na sua íntegra na reserva do Museu Convento dos Lóios, em Santa Maria da Feira, apesar do seu potencial expositivo. Este estudo, de certa forma, permitiu valorizar estas peças.

O que se pretendeu foi, não tanto estudar a coleção a nível material, mas destacar os seus aspetos imateriais para, desta maneira contribuir para uma interpretação mais completa do uso dos objetos transmitido na primeira voz. Para tal foi realizado trabalho de campo, através de quatro conversas informais com dois ferreiros, nascidos na década de 1930. Estas conversas, onde estes ferreiros partilharam as suas experiências, saberes e memórias do seu dia-a-dia enquanto ainda no ativo deste ofício, permitiram reunir informações importantes e que contribuiriam para um trabalho mais rico.

Relativamente ao Museu Convento dos Lóios a sua promoção no próprio concelho de Santa Maria da Feira continua a não ser devidamente realizada. Talvez por essa falta de divulgação muitos feirenses e visitantes de fora do concelho não dão o devido valor às coleções do museu, ligadas à Arqueologia,

História ou Etnografia. Apesar do Museu ter um serviço educativo ativo, que proporciona atividades lúdicas e pedagógicas interessantes aos visitantes, estas são mais centradas na Arqueologia e História Medieval do concelho.

Ainda há pesquisa e trabalho a fazer no que concerne ao Património Cultural Imaterial tendo em conta que o concelho é riquíssimo em história e etnografia. As exposições poderiam ser mais interativas, através de recolhas do Património Cultural Imaterial, ilustrando depois em vídeos, fotografias dos próprios detentores deste património, histórias, frases, dizeres, de modo a que o público olhasse para os objetos, fazendo interligação com alguém que os usou de verdade, para tornar a visita mais autêntica, mais real, criando uma aproximação das diferentes gerações. Ou seja tornar o museu mais um museu do século XXI, de modo a que o público não seja mero espectador mas participante, e que se envolva nestes processos de salvaguarda e proteção do Património Cultural Imaterial.

Durante muito tempo a coleção e a sua respetiva conservação eram consideradas o foco principal das instituições museológicas. No entanto vi através deste trabalho, que as coleções não são mais definidas apenas pelos objetos mas também pelos testemunhos, fontes e ligações que lhe estão associados, ou seja, o imaterial é tão importante que o material. A ideia de Património Cultural Imaterial reúne, como pudemos analisar, no primeiro capítulo deste trabalho, o conjunto de ideias, memórias, histórias, saberes, etc que estão associadas aos objetos de uma determinada coleção.

A ideia que advém da Nova Museologia é de um museu ao serviço de uma comunidade, incluído no próprio plano de desenvolvimento social e cultural. Neste sentido a instituição deve dirigir-se não tanto aos públicos genéricos, mas sim aos indivíduos da comunidade, criando parcerias com a população próxima, os artesãos, os artistas, as infra-estruturas escolares (desde as instituições de Educação Pré-Escolar às Universidades e Politécnicos), as bibliotecas, as associações culturais e recreativas, centros de dia, lares, teatros, centros de arte, etc, ou seja, todos os organismos que fazem parte de uma sociedade. Desta maneira os museus apresentam-se não só como detentores de conhecimento mas sobretudo locais onde cada indivíduo se reconhece, se identifica e cria ligações afetivas com os objetos, desenvolvendo assim um sentimento de pertença e identidade.

BIBLIOGRAFIA E SITOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, C.A.F. & Santos, E. (1971). O Castro de Fiães. Revista da Faculdade de Letras. Série de História. II., 147-168. Acedido maio 8, 2018 em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3107.pdf>.
- Amorim, I. (1994). Descrição da Comarca da Feira: 1801. Revista de Faculdade de Letras. História. II (XI), 227- 286. Acedido maio 8, 2018 em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2126.pdf>.
- Brandi, C. (2006). Teoria do Restauro. (10^ovol). Amadora: Edições Orion.
- Cabral, C. (2009). Património Cultural Imaterial: Proposta de uma Metodologia de Inventariação. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Ciências Sociais Políticas – Universidade Técnica de Lisboa, Portugal.
- Cabral, C. (2011). Património Cultural Imaterial: Convenção da UNESCO e seus contextos. Lisboa: Edições 70.
- Caeiro, M.R. (2002). Em casa de ferreiro espeto de salgueiro, uma abordagem ao ofício do ferreiro. Almansor - Revista de cultura. 1, 2^asérie, 231-254. Acedido dezembro 12, 2017 em <http://www.bdalentejo.net/BDAObra/obras/621/PDF/621.pdf>.
- Camacho, C. & Instituto dos Museus e da Conservação (coord.) (2007). Plano de Conservação Preventiva: Bases orientadoras, normas e procedimentos. Lisboa: TEXTYPE Acedido maio 10, 2018 em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/ljf/ipmplanoconservacaopreventiva.pdf>.
- Câmara Municipal de Santa Maria da Feira (2009). Atlas de Santa Maria da Feira. Santa Maria da Feira: Rainho e Neves Lda.
- Carvalho, A. (2009). Os Museus e o Património Cultural Imaterial: Estratégias para o desenvolvimento de Boas Práticas. Dissertação de Mestrado, Universidade de Évora, Portugal.
- Carvalho, A. (2011). Os Museus e o Património Cultural Imaterial. Algumas Considerações. Ensaios e práticas em museologia. 1, 73-100. Acedido janeiro 3, 2018 em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8935.pdf>.

- Centeno, R. M. S. & Oliveira, A. J. (coord.) (2008). Roteiro do Museu Convento dos Lóios. Santa Maria da Feira: Câmara Municipal de Santa Maria da Feira.
- Costa, P. F. (coord.) (2009). Museus e Património Imaterial: agentes, fronteiras, identidades. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação.
- Ferreira, R. C. (2010). Cultura Imaterial e Educação Patrimonial: Notas sobre Museus e o Valor Educativo do Património Intangível. *Museologia e património*. 3 (2), 63-74. Acedido dezembro 21, 2017 em <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/articloe/viewFile/133/136>.
- Gonçalves A. N. & Dias P. (1979). Concelho de Vila da Feira: História e Arte. Coimbra: Edições Portuguesas de Arte e Turismo, Lda.
- Guimarães, S. (2008). Castelo de Santa Maria da Feira. Porto: Multitema.
- Júnior, A.F.B. & Júnior, N.F. (2011). A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos. *Revista Evidência*, 7, 237-250. Acedido maio 8, 2018 em <http://www.uniaraxa.edu.br/ojs/index.php/evidencia/article/view/200/186>.
- Le Goff J. (1988). História e memória. Acedido dezembro 14, 2017 em <https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf>.
- Munjeri, D. (2004). Le patrimoine matériel et immatériel : de la différence à la convergence. *Museum Internacional - Patrimoine Immatériel*. 56 (221-222), 13-21. Acedido dezembro 18, 2017 em <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001358/135852fo.pdf>.
- Oliveira E.V., Galhano F. & Pereira B. (1995). *Alfaia Agrícola Portuguesa*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Rodrigues, D. (n.d.). Património cultural, Memória social e Identidade: uma abordagem antropológica. Acedido fevereiro 22, 2018 em <http://www.ubimuseum.ubi.pt/no1/docs/ubimuseum-no1-pdf/CS3-rodrigues-donizete-patrimonio-cultural-memoria-social-identidade-uma%20abordagem-antropologica.pdf>.
- Sá, M. F. (1939-1940). Santa Maria de Fiães da Terra da Feira: Subsídios para a sua história. Porto: Tipografia da Casa Nun'Alvares.
- Silva, F. R., (1991). O Foral da Feira e Terra de Santa Maria. *Revista de História*. 11, 95-130. Acedido abril 4, 2018 em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6397.pdf>.

- Sousa A. (1947). O Concelho da Feira: História, Etnografia, Arte e Paisagem. Espinho: Tipografia Espinhense.
- Stenou, K. (ed.) (2002). Cultural Diversity: A Universal Declaration on Cultural Diversity (9-15). Paris: UNESCO. Acedido dezembro 18, 2017 em <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127162e.pdf>.
- Tapadejo, C.C.P. (2011). A oficina de ferreiro do Mestre Carolino. Memória de memórias e outras histórias. Acedido fevereiro 16, 2018 em https://issuu.com/rcl_imagem/docs/livro_mestre_carolino.
- Yoshida, K. (2004). Le musée et le patrimoine culturel immatériel. Museum internacional – Patrimoine Immatériel, 56 (221-222), 110-114. Acedido dezembro 18, 2018 em <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001358/135852fo.pdf>.

SITOGRAFIA

- (2015, dezembro 1). Arte chocalheira é Património Cultural Imaterial. Jornal de Notícias. Acedido março 1, 2018 em <https://www.jn.pt/artes/interior/arte-chocalheira-e-patrimonio-cultural-imaterial-4910477.html>.
- Câmara Municipal de Santa Maria da Feira (s.d.). Home [em linha]. Câmara Municipal de Santa Maria da Feira. Acedido abril 4, 2018 em <https://www.cm-feira.pt/portal/site/cm-feira>.
- Câmara Municipal de Santa Maria da Feira (2009). Museu Convento dos Lóios. [em linha]. Câmara Municipal de Santa Maria da Feira. Acedido fevereiro 02, 2018, em <https://www.cm-feira.pt/portal/binary/com.epicentric.contentmanagement.servlet.ContentDeliveryServlet/Publicados/Ficheiros/Museu%20Convento%20dos%20L%C3%B3ios.pdf>.
- Carvalho, A. (2016). Desafios à participação no campo dos museus e do património [em linha]. No mundo dos Museus. Acedido a março 1, 2018 em <http://nomundodosmuseus.hypotheses.org/tag/nova-museologia>.
- Direção-Geral do Património Cultural (2010). MatrizPCI [em linha]. Direção-Geral do Património Cultural (DGPC). Acedido dezembro 10, 2017, em <http://www.matrizpci.dgpc.pt/matrizpci.web/home.aspx>.
- Federação das Coletividades de Cultura e Recreio do Concelho de Santa Maria da Feira – FECOFEIRA (s.d.). Sobre nós [em linha]. Federação das

Coletividades de Cultura e Recreio do Concelho de Santa Maria da Feira
Acedido maio 8, 2018 em <http://www.fecofeira.pt/>.

GEPAC (s/d). Conselho da Europa [em linha]. GEPAC. Acedido fevereiro 22, 2018, em <http://www.gepac.gov.pt/cooperacao-cultural-multilateral/conselho-da-europa.aspx>

ICOM (2010-2018). Home [em linha]. ICOM. Acedido dezembro 10, 2017, <http://icom.museum/>.

ICOMOS (2018). Objetivos [em linha]. ICOMOS. Acedido fevereiro 22, 2018, em <http://www.icomos.pt/index.php/o-icomos-pt/o-que-fazemos>

Instituto Nacional de Estatística (2009-2014). Informação geográfica: Mapas Censos 2011 (BGRI): Santa Maria da Feira [em linha]. Instituto Nacional de Estatística. Acedido abril 4, 2018 em <http://mapas.ine.pt/map.phtml>.

Meira, I. (2015, dezembro 4). Património Imaterial: Unesco considera Portugal um bom exemplo. TSF Rádio Notícias. Acedido fevereiro 24, 2018 em <https://www.tsf.pt/cultura/interior/patrimonio-imaterial-unesco-considera-portugal-um-bom-exemplo-4915491.html>.

Museu Convento dos Lóios (2010). Newsletter, nº3. Acedido abril 01, 2018, em <https://www.cm-feira.pt/portal/binary/com.epicentric.contentmanagement.servlet.ContentDeliveryServlet/Thematic%2520Navigation/Turismo/Recursos%2520Tur%25C3%25ADsticos/Museu%2520Convento%2520dos%2520L%25C3%25B3ios/apendices/04.%2520Newsletter/ficheiros/Newsletter%2520do%2520Museu%2520Convento%2520dos%2520L%25C3%25B3ios/newsletter%2520museu%2520loios%2520n%25C2%25BA03.pdf>

Junta de Freguesia de Fiães (2013). História [em linha]. Junta de Freguesia de Fiães. Acedido maio 10, 2018 em <http://www.jffiaes.pt/index.php/historia>.

Sistema de Informação para o Património Arquitetónico - SIPA (2016). Pesquisar o Inventário do Património Arquitetónico: Convento dos Lóios/Igreja Paroquial de Santa Maria da feira/Igreja de São Nicolau [em linha]. Direção-Geral do Património Cultural (DGPC). Acedido março 30, 2018, em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2252

UNESCO (2018). Home [em linha]. UNESCO. Acedido dezembro 10, 2017, em <https://en.unesco.org/>.

Visitar Portugal (2018). Santa Maria da Feira (Concelho) [em linha]. Visitar Portugal. Acedido maio 10, 2018 em <https://www.visitarportugal.pt/distritos/d-aveiro/c-santa-maria-feira>.

APÊNDICES

Apêndice A. Guião da entrevista etnográfica

Antes da entrevista:

- Tratamento adequado
- Agradecimento prévio
- Motivos do estudo e objetivos da entrevista
- Perguntar se o informante autoriza a revelar a sua identidade
- Verificar da disponibilidade do informante em gravar (som e/ou audiovisual) a conversa
- Fazer aparecer a singularidade do ponto de vista do entrevistado

Nome do entrevistador

Local

Data

Duração

Dados do informante:

1. Nome completo
2. Alcunha
3. Data e local de nascimento
4. Local de residência
5. Estado civil
6. Descendência
7. Habilitações escolares e em que escola
8. Profissão
9. Primeira profissão
10. Percurso profissional
11. Ocupações secundárias
12. Utiliza/utilizava essa profissão a tempo inteiro ou parcial
13. Práticas e fazeres quotidianos
14. Houve experiência de migração/emigração. Quando, onde e porquê?
15. Qual a relação com o ofício do ferreiro?

Dados sobre o ofício:

1. Qual a atividade tradicional desempenha/desempenhava?
2. Com que idade aprendeu?
3. Com quem aprendeu?
4. Existia alguma escola profissional para formar ferreiros?
5. Aprendeu só pela via oral e observação direta ou tinha algum manual?
6. Possuía/possui oficina própria? Se sim como se chamava?
7. Da sua atividade resulta/resultava que tipos de serviços ou produtos?
8. Faz/fazia objetos utilitários como ex. candeias, fogareiros, cataventos, almofariz, pilão, etc?
9. Quem os comprava? Eram feitos de encomenda?
10. Para que eram utilizados?
11. Legalmente era reconhecido como ferreiro? Tinha que estar inscrito nalguma cooperativa agrícola?
12. Quais eram as cooperativas agrícolas que existiam mais próximas?
13. Que materiais e recursos utiliza? Como os obtém?
14. Que ferramentas utiliza? Como as obtém e repara?
15. Em que espaços desenvolve/desenvolvia essa atividade?
16. Como faz essa atividade? Quais são as principais etapas? Quais eram os diferentes processos de fabrico?
17. Essa atividade sempre foi desenvolvida apenas por homens? Porquê?
18. Esta atividade sempre foi realizada da mesma maneira?
19. Se houve mudanças ao longo do tempo, quais foram e quando e porque ocorreram?
20. Essas alterações foram negativas ou positivas? Porquê?
21. Realiza/realizava esta atividade individualmente ou em conjunto com outras pessoas?
22. Se sim, como faziam? Quais eram as tarefas específicas de cada um?
23. Os seus familiares estão envolvidos nesta atividade? Como?
24. Havia muita gente a aprender este ofício?
25. Alguém já aprendeu este ofício consigo? Quem e para quê?
26. Quais eram as primeiras tarefas que se aprendiam?

27. Quais são/eram os outros que desempenham esta atividade no conselho? Partilham/partilhavam conhecimentos e dicas/técnicas?
28. Qual era a importância do ferreiro na comunidade?
29. Conhece o ditado “em casa de ferreiro, espeto de pau” ou “espeto de salgueiro”, acha que corresponde à verdade?
30. E este ditado, “ a boda do ferreiro, cada um com seu dinheiro”? Na sua opinião, qual o seu significado?
31. Conhece mais algum ditado associado ao ferreiro?
32. Quais as lendas que conhece sobre o ferreiro? Conhece a lenda da aranha e das maleitas? E do sapo?
33. Conte-me quais as melhores peripécias que lhe aconteceram na oficina?
34. Acredita na vertente terapêutica e medicinal da oficina do ferreiro? Tal como o tratamento da tosse convulsiva, anemia ou tratamento da zona ou cobro?
35. De que mais gostava/gosta de fazer na oficina?
36. O que fazia/ faz em maior quantidade? E que época do ano?
37. Pica/picava foices? Como é/era? E para canhotos?
38. Ferrava as rodas dos veículos de tração animal? O que consistia “enferrar”?
39. Marcava as peças que faz/fazia na oficina? Se sim de que maneira e para quê?
40. Quais eram os preços? Quanto custava o seu trabalho? Era ferrador e abegão?
41. Foi/é feirante?
42. É devoto alguma religião? Se sim qual? Conhece o santo católico protetor dos ferreiros?
43. Na sua opinião, de que fatores está dependente a continuidade da atividade e saberes tradicionais? Quais foram/são as principais ameaças à continuidade do ofício? A partir de quando é que este ofício entrou em desuso?